

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO,
CONTABILIDADE E ATUÁRIA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

BIANCA MIYUKI SAKANAKA NISHIO

**AS FACES DA POBREZA E A DESIGUALDADE
ECONÔMICA EM ADAM SMITH**

**Orientadora: Prof^a. Dr^a. Laura
Valladão de Mattos**

**SÃO PAULO - SP
2022**

Dedico este trabalho às duas mulheres que sempre estiveram ao meu lado – independente da distância – e que tornaram tudo isso possível, minha mãe Andrea e minha segunda mãe (e avó) Maura.

AGRADECIMENTOS

Dirijo meus agradecimentos:

À Professora Doutora Laura Valladão de Mattos, cuja orientação dedicada e cuidadosa foi essencial para a realização do presente trabalho.

Aos demais professores que fizeram parte da minha graduação e que muito contribuíram para a minha formação.

Aos meus amigos, familiares e namorado, cujo apoio foi essencial ao longo dessa jornada.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. CRESCIMENTO ECONÔMICO E POBREZA ABSOLUTA.....	7
2.1 Efeitos do aumento da riqueza sobre os estratos mais baixos.....	13
3. DESIGUALDADE ECONÔMICA.....	21
3.1 As causas da desigualdade.....	25
3.2 O papel do Estado em meio a desigualdade.....	28
4. POBREZA RELATIVA.....	32
4.1 Efeitos negativos resultantes da pobreza relativa.....	33
4.1.1 A distorção das simpatias humanas e suas consequências.....	35
4.2 Efeitos positivos associados à desigualdade econômica.....	39
5. CONCLUSÃO.....	43
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	46

1. INTRODUÇÃO

A pobreza e a desigualdade econômica são temas recorrentes tanto no âmbito da economia quanto da sociologia. Isso porque se tratam de tópicos extremamente importantes e que afetam diretamente outros problemas significativos da sociedade contemporânea. Por conta de sua ampla relevância, existem várias visões acerca do tema e essas divergem entre si.

No entanto, há que se reconhecer a importância de recuperar a concepção clássica acerca do problema para melhor compreender sua dimensão; ademais, muitos dos argumentos atuais estão embasados em ideias anteriores. Destacamos, nesse sentido, a visão de Adam Smith (1723-1790), a quem se convencionou chamar de ‘pai da economia’ pela grande influência que o autor teve nesse campo. Sobre as contribuições de Smith, Walraevens (2021, p. 209, tradução nossa) afirma:

[...] Independente de Smith ser ou não considerado o pai da economia, é necessário reconhecer que a visão dele acerca da desigualdade econômica teve uma influência profunda e duradoura na forma como os economistas lidaram com essa questão.

Tendo em vista a relevância de Smith nas investigações a respeito do tema, este trabalho se debruçará sobre as análises do autor acerca da pobreza e da desigualdade econômica.

A literatura aponta que podemos ver em Smith dois tipos de pobreza. A absoluta, que trata da privação de bens essenciais a manutenção da vida – como alimentação, vestimenta e moradia. A relativa, por sua vez, trata dos sentimentos dos indivíduos enquanto partes inseridas em uma sociedade constituída por diferentes níveis de renda.¹

Nesse âmbito, a desigualdade aparece como um “predecessor” ou uma “condição necessária” para o surgimento da pobreza relativa uma vez que é necessário existirem diferentes faixas de renda para haver qualquer sentimento relacionado a forma como esses cidadãos se posicionam na sociedade.

A questão da pobreza e da desigualdade são comumente abordadas a partir de seus efeitos negativos. De fato, é inegável que esses impactos existem e alguns serão inclusive tratados aqui. Para Smith, grande parte dessas consequências adversas resultam da distorção das simpatias humanas, fazendo com que os indivíduos admirem de forma demasiada os ricos

¹ Note que os termos “pobreza absoluta” e “pobreza relativa” foram cunhados por estudiosos de Smith e não pelo autor.

ou ainda que se empenhem com grande afinco visando melhorar suas condições e, ao fim, pouco obter em proporção com o tanto de esforço investido.

Tanto o autor se preocupou com essa questão que uma de suas grandes obras é intitulada *Teoria dos Sentimentos Morais* (1759). Nela Smith investiga, entre outras coisas, vários dos sentimentos atrelados a essa disposição humana de admirar de forma mais acentuada a riqueza e o poder do que a sabedoria e a virtude.

Entretanto, quando se explora o tema na obra de Smith, é possível perceber que, se por um lado, a desigualdade pode levar à distorção dos sentimentos morais, ela também tem efeitos positivos. Isso porque ela é responsável por incentivar os indivíduos a quererem melhorar a sua condição material – esse desejo leva, em última instância, a benefícios e avanços na humanidade. Logo, Smith enxerga também impactos positivos advindos de certo nível de desigualdade.

Vale notar, contudo, que apesar de o autor defender que a desigualdade em certos níveis era capaz de beneficiar a sociedade, o mesmo não é verdade no que diz respeito à pobreza absoluta, tema sobre o qual o autor se debruçou por grande parte de sua vida – em especial na obra *Uma investigação sobre a natureza e a causa da riqueza das nações* (1776). Nesta ele discorre longamente sobre os determinantes da riqueza e sobre como essa abundância se relacionava com a pobreza absoluta, temas que serão explorados ao longo desse trabalho.

Smith muito se preocupava com a pobreza e com os indivíduos que tinham que conviver com ela. Sobre isso, Rothschild e Sen (2006, p. 364, tradução nossa) citam Carl Menger (1891) dizendo que “[e]m todos os casos em que existia um conflito de interesses entre pobres e ricos – entre fracos e fortes, Smith se posicionava sem exceção ao lado dos primeiros”. Os autores argumentam que “essa parcialidade podia ser vista nas políticas recomendadas por Smith, nos princípios que o economista advogava para a Lei dos Pobres, nas regulações de salários e até mesmo nos seus elaborados esquemas para taxação de artigos de luxos” (ROTHSCHILD; SEN, 2006, p. 34).

Nos parece, portanto, que Amartya Sen (1999 [1987], p. 39, tradução nossa) está correto quando afirma que “Smith não alicerçava a salvação da economia em alguma motivação única”. Isso porque ainda que o pensador julgasse que a propensão à troca gerasse impactos positivos por permitir a divisão do trabalho e a especialização, essa característica sozinha não era suficiente como garantia de uma boa sociedade como a que ele idealizava. Ao longo do trabalho, veremos que a defesa de Smith sobre como a divisão do trabalho levava a melhorias na sociedade em geral está diretamente ligada com a existência de crescimento econômico –

nesse âmbito, vale lembrar que a motivação que mais salta aos olhos quando se trata de Smith é a preocupação do autor com a parcela mais pobre da sociedade.

Levando em consideração as preocupações centrais de Smith, o primeiro capítulo procura explicar o conceito de pobreza enquanto destituição e privação de bens necessários a manutenção da vida e como Smith via a sociedade comercial como uma boa solução para combater salários abaixo do nível de subsistência. O segundo capítulo trata do que é a desigualdade econômica para Smith. Nele serão discutidas as origens da desigualdade, os fatores que levam ao seu agravamento e qual deveria ser, segundo o autor, o papel do Estado diante desse cenário. O terceiro capítulo visa esclarecer a noção de pobreza relativa. Por fim, será feito um balanço dos efeitos advindos da desigualdade e das distorções resultantes da pobreza relativa, explicitando, assim, o que se convém chamar de seus efeitos positivos e negativos. Nesse sentido, Baum (1992, p. 153) afirma:

Apesar de suas crenças na desigualdade econômica, sua simpatia pelos pobres e sua impaciência com as características da classe capitalista faziam com que ele defendesse políticas sociais que fossem capazes de ajustar os desequilíbrios de poder.²

Isto posto, ainda que se trate de um trabalho de história do pensamento econômico, Adam Smith é uma figura muito importante em diversos contextos, e ainda é fartamente citado por economistas contemporâneos, por ele ter dado relevo a questões que ainda hoje carecem de respostas e soluções. Consequentemente, uma compreensão mais completa acerca da temática da pobreza e desigualdade econômica no autor pode jogar luz sobre aspectos que a teoria atual não aborda, sugerindo, quem sabe, outras formas de lidar com essas questões – que ainda hoje, mais de duzentos anos depois, ainda não foram adequadamente equacionadas.

² A denominação da classe que possuía os meios de produção não foi tratada por Smith como a classe capitalista, ainda que a compreensão do excerto não seja afetada por essa denominação já muito popular no âmbito da desigualdade.

2. CRESCIMENTO ECONÔMICO E POBREZA ABSOLUTA

Sabe-se que Smith realizou, ao longo de sua vida, uma vasta investigação acerca da causa da riqueza das nações. No entanto, pouco se leva em consideração que o principal objetivo do autor era reduzir níveis de pobreza extrema – ou seja, aquela na qual os indivíduos se deparam com a fome e a miséria. Veremos que, para ele, enquanto essas adversidades persistissem, nenhuma sociedade poderia atingir níveis muito altos de bem estar geral. Sendo assim, cabe explorar mais a fundo os argumentos de Smith sobre o tema.

O pensador deixa claro ao longo de suas obras que a preocupação mais importante em uma sociedade deveria ser a de prevenir a miséria. Isso porque, segundo o autor, considerando um estado natural de contentamento do ser humano, o sofrimento é capaz de abaixar consideravelmente o nível desse estado. Nenhum prazer, ao contrário, é capaz de eleva-lo na mesma proporção (SMITH apud RASMUSSEN, 2006, p. 314). Assim, uma nação é tanto melhor quanto maior sua capacidade de prevenir a miséria.

Nesse sentido, Smith aponta a sociedade comercial como a única capaz de promover esse resultado. O autor afirma que o principal benefício da sociedade comercial em relação as sociedades anteriores é sua capacidade de promover um alto grau de liberdade e segurança aos indivíduos, bem como de possibilitar uma abundância como nunca vista anteriormente. Nas palavras de Smith:

[O] comércio e a manufatura introduziram gradualmente a ordem e o bom governo, e com eles, a liberdade e a segurança dos indivíduos [...], que anteriormente viviam quase continuamente em um estado de guerra com seus vizinhos e de dependência servil com seus superiores (SMITH, 1979 [1776], p. 412, tradução nossa).

Em Smith, a liberdade e a segurança promovidas pela sociedade comercial são pilares essenciais para que os indivíduos de uma nação possam, enfim, trabalhar de forma a gerar riqueza, que é, em última instância, a opulência de uma sociedade. Assim, a segurança e a liberdade são responsáveis, por sua vez, por gerar as condições básicas para garantir um nível de vida satisfatório, ou seja, uma vida que não seja caracterizada pela privação. Asseguradas essas condições, há menos chances de o indivíduo vivenciar “medos e ansiedades”, responsáveis por lhe causar sofrimento (RASMUSSEN, 2006, p. 314). Deixando, pois, qualquer pessoa sob essas condições mais suscetível a ter uma vida decente e livre para optar pela melhor forma de utilizar a própria mão de obra.

Além disso, Smith pregava a abundância como uma condição para a melhoria das nações como um todo. Sobre isso, Barry (2013, p. 78, tradução nossa) é enfático ao dizer que “os membros de uma sociedade comercial que são favorecidos pela opulência são capazes de desfrutar de uma qualidade de vida muito melhor que aqueles em estágios anteriores” de modo que “em termos materiais, as três necessidades básicas de alimentação, abrigo e vestimenta [...] são melhor e mais adequadamente cumpridas”.

Fica claro, então, que o autor considerava a abundância um benefício da sociedade comercial. A pergunta que fica, então, é de que forma esse tipo de sociedade conseguia atingir uma opulência que não existia nas sociedades anteriores? Ora, a resposta para essa pergunta reside em uma das ideias mais conhecidas de Smith: a divisão do trabalho, fator crucial para o processo de crescimento econômico (HOLLANDER; BROWN; SCHUMPETER apud BARRY, 2013, p. 67).

Smith expõe no capítulo II do livro I da *RN* o princípio do qual se origina essa divisão do trabalho: a propensão natural do homem às trocas. Isso porque, ao contrário das demais espécies do reino animal, o ser humano raramente é capaz de viver de forma completamente independente e, adicionalmente, não se deve esperar o próprio sustento da benevolência humana (SMITH, 1979 [1776], p. 26). Assim, o que resta aos pares que irão trocar em si é demonstrar um ao outro de que forma essa permuta será vantajosa para ambos os lados. É sob esse contexto que Smith traz uma de suas mais célebres proposições

Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua autoestima, e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles (SMITH, 1979 [1776], p. 26-27).

Além disso, essa propensão natural à troca – ao garantir que serão capazes de trocar os excedentes sobre o consumo – permite que os indivíduos se especializem na produção mais eficiente de uma categoria de produto. Por exemplo, um padeiro poderia utilizar todo seu tempo para produzir pães sem ter que se preocupar em plantar seus grãos, criar vacas para que tenha leite ou carne, ou, ainda, produzir suas roupas. As trocas seriam suficientes para lhe prover todos esses artefatos, ainda que ele produzisse apenas pães.

Ainda que essa seja uma forma generalizada de ver a especialização, Smith se aprofunda no tema em sua obra e descreve a possibilidade da divisão do processo produtivo em algumas etapas de modo que cada trabalhador é capaz de realizar uma dessas etapas de modo extremamente eficaz. E, ao fim, a combinação do trabalho de vários operários gera um produto

final maior do que existiria no caso em que houvesse um único indivíduo realizando toda a produção. Portanto, a divisão do trabalho eleva a produtividade e, com isso, o valor adicionado da economia (SMITH, 1979 [1776], p. 15).

Note, entretanto, que Smith reconhece que a acumulação extensiva de estoque é anterior à divisão do trabalho. Segundo Rothschild e Sen (2006), é apenas ao possuir uma quantia considerável de capital – do qual depende seu sustento e a posse de meios de produção – que o indivíduo pode de fato se dedicar ao seu negócio. Um ponto crucial, nesse sentido, é a necessidade de obter fundos acumulados para que se possa, com isso, contratar trabalhadores e promover a divisão do trabalho.

No livro II da *Riqueza das Nações* (doravante *RN*), Smith coloca a poupança como fundamento da acumulação de capital, o que promove a especialização do trabalho e a concomitante expansão da produção. A poupança nada mais é que uma abstinência que permite a aplicação produtiva dos recursos no futuro ao invés de gastá-los no presente. E é assim que, em Smith, a roda da economia gira.

Na seção que trata da divisão do trabalho, o autor exemplifica a situação da especialização e da expansão da produção a partir da observação de uma pequena fábrica de alfinetes. Essa fábrica possuía dez trabalhadores e cada trabalhador produzia “apenas” a décima parte de um alfinete; entretanto, por se tratar de uma operação consideravelmente rápida e simples, o operário conseguia realiza-la diversas vezes ao longo do dia. Dessa forma, ao final do dia, juntando as diferentes operações desses 10 operários, notou-se que haviam produzido ao todo 48.000 alfinetes ao passo que um trabalhador sozinho dificilmente teria conseguido atingir a marca de 20 alfinetes por dia (SMITH, 1979 [1776], p. 15).

É possível concluir, então, uma causalidade de eventos que se inicia na propensão natural a troca e tem como resultado final o aumento da produtividade do trabalho – como defende o próprio Smith (SMITH, 1979 [1776], p. 15). Ora, o aumento da produtividade, por sua vez, gera acúmulo de capital de forma mais acentuada, o que significa níveis mais altos de opulência. Rothschild e Sen (2006, p. 330, tradução nossa) sumarizam bem o ciclo de criação da opulência no seguinte excerto

O progresso da opulência é uma consequência do aumento da produtividade dos meios de produção e melhora da produtividade é, por sua vez, uma consequência do aumento de capital, que fora “silenciosa e gradualmente acumulada pela frugalidade particular e pela boa conduta dos indivíduos”.

Outro princípio responsável pela opulência observada na sociedade comercial é o desejo que os indivíduos possuem de melhorar as suas condições materiais. Smith descreve esse desejo da seguinte forma

[...] um desejo, que apesar de ser geralmente calmo e frio, vem conosco do ventre e nos acompanha até o túmulo. Em qualquer intervalo que separa esses dois momentos, não há um único instante no qual qualquer homem se encontra completamente satisfeito com a própria situação, sem ansiar por nenhuma alteração ou melhora (SMITH, 1979 [1776], p. 341, tradução nossa).

Assim, enquanto a propensão natural a troca leva a divisão do trabalho, a busca por melhorar sua condição material é a fonte da criação de poupança e dos investimentos (SMITH, 1979 [1776], p. 341). Levando em consideração que distinguir quem são os sábios e os virtuosos é muito mais difícil que distinguir entre ricos e pobres, o caminho natural para que os homens obtenham a admiração de seus semelhantes é através da melhora de suas próprias condições – algo que virá, em tese, como resultado do aumento de sua riqueza. Smith (1979 [1776], pp. 341-342) afirma, contudo, que este caminho é o “mais vulgar e mais óbvio” e requer que os indivíduos poupem boa parte do que recebem para que atinjam seu objetivo.

Na visão de Smith, existem dois principais usos para a riqueza acumulada: um deles é a utilização desta enquanto capital, do qual se espera um retorno; o outro é utilizá-la para o consumo de bens. Evidentemente, Smith acredita que a primeira opção é a melhor já que a segunda é considerada por ele, como veremos adiante, para além de um certo nível, um exercício fútil. Rothschild e Sen (2006, p. 331, tradução nossa) argumentam que Smith acredita que esta última opção se trata de “[...] uma ilusão, especialmente para os indivíduos que não nascem ricos, imaginar que podem encontrar respeito, ou mesmo satisfação, a partir do consumo de bens e serviços”.

Sobre a utilização da riqueza como possibilitador do consumo, Smith (1979 [1776], p. 348) observa que os gastos que tem como finalidade apenas o luxo e o conforto afetam somente o nível pessoal. Sendo assim, esse dinheiro seria muito melhor utilizado caso fosse despendido em bens duráveis, responsáveis por viabilizar a manutenção de muitas pessoas. E, como veremos, é dessa forma que a riqueza se difunde pelos estratos menos favorecidos da sociedade.

É sob esse argumento que Smith expõe em seus rascunhos iniciais (*early drafts*) da *RN* que “[...] um trabalhador comum na Inglaterra ou na Holanda é muito superior em luxo quando comparado a um princípio de uma sociedade primitiva” (SMITH apud ROTSCHILD e SEN, 2006, p. 321, tradução nossa); esse excerto evidencia que a opulência observada na sociedade comercial era, para Smith, o melhor resultado em termos de maximização do bem estar geral.

Assim, o que ocorreu com o advento da sociedade comercial, foi um aumento da opulência que pode ser visto como um ciclo virtuoso, no qual as melhorias legais e políticas (que implicaram em aumento de liberdade e de segurança) levam a melhorias no âmbito econômico. Ao mesmo tempo, melhorias econômicas levam ao fortalecimento das instituições legais e políticas (ROTHSCHILD; SEN, 2006, p. 336).

No entanto, apesar do autor advogar que há uma abundância naturalmente gerada pela sociedade comercial e que esta era positiva, ele reconhece que há um problema a ser tratado: a questão da pobreza absoluta. Sobre isso, o autor relata que “nenhuma sociedade pode ser florescente e feliz, se a grande maioria de seus membros for pobre e miserável” (SMITH, 1979 [1776], p. 96, tradução “Os economistas”).

Em primeiro lugar, vale definir o que é a pobreza absoluta – que recebe essa denominação em contraposição a pobreza relativa, tópico que será discutido mais a frente nesse trabalho. Segundo Smith, a chamada pobreza absoluta nada mais é que a privação das necessidades básicas (alimentação, vestimentas e alojamento) com resultados desastrosos que vão além da fome e da miséria.

Barry (2013) especifica esse sofrimento pelo qual passam os indivíduos em situação de privação quando diz que a pobreza provoca dor tanto de forma direta quanto de forma indireta. Diretamente no caso da fome e falta de teto, por exemplo. Já indiretamente a dor decorre de testemunhar eventos infelizes tal qual o sofrimento de seus pares e, até mesmo, a morte de um filho (BARRY, 2013, p. 79). Exemplo dessa miséria ocorria na China do século XVIII. Smith retratou o cenário que lá existia da seguinte forma:

A subsistência que ali encontram é tão escassa, que ficam ansiosos por apanhar o pior lixo lançado ao mar por qualquer navio europeu. (...) O casamento é estimulado na China, não porque ter filhos represente algum proveito, mas pela liberdade que se tem de eliminá-los. Em todas as grandes cidades, várias crianças são abandonadas toda noite na rua, ou afogadas na água como filhotes de animais. Afirma-se até que eliminar crianças é uma profissão reconhecida, cujo desempenho assegura a subsistência de certos cidadãos (SMITH, 1979 [1776], pp. 89-90, tradução “Os economistas”).

Ora, esse resultado observado na China é, sem dúvida, trágico e, mais do que isso, indesejável do ponto de vista de qualquer chefe de estado. Sendo assim, cabe analisar qual é a base desse problema. Ainda que a divisão do trabalho gere aumento da produtividade, é necessário que o povo possua meios de trocar seus produtos. Isso porque não é viável em uma sociedade de tamanho crescente que os bens sejam trocados apenas por outros bens. Imagine trocar cortinas por bois ou ainda especiarias por ovelhas, considerando, inclusive, as grandes

distâncias que os comerciantes teriam de percorrer carregando bois e ovelhas (ROTHSCHILD; SEN, 2006, p. 324). Aparece, então, outro personagem: a moeda.

Na sociedade de Smith, a grande maioria dos indivíduos não possui os meios necessários (terras ou equipamentos) para produzir seu próprio produto e resta, nesse caso, vender sua única mercadoria, a mão de obra, em troca de determinada quantia de moeda para que possa garantir sua subsistência. A essa quantia de moeda convencionou chamar de salário.

Sobre esse ponto, Smith defende explicitamente que a riqueza de uma nação deve ser mensurada não pelos “tesouros” que possui seu rei (ou dos poucos indivíduos pertencentes as classes mais afortunadas da sociedade), mas sim pelos salários pagos aos trabalhadores, que constituem a maior parte da população (SMITH apud RASMUSSEN, 2016, p. 343). Cabe, então, analisar mais a fundo como Smith via esses salários e quais seus determinantes em uma sociedade comercial. Note que mais que simplesmente os salários monetários, Smith está interessado em analisar a riqueza a partir dos rendimentos reais, em especial o salário real, já que a maioria da população é assalariada.

2.1 Efeitos do aumento da riqueza sobre os estratos mais baixos

Herzog (2016, p. 51) diz, a partir de sua interpretação de Smith, que existem dois cenários distintos de crescimento para o filósofo – ou seja, duas formas pelas quais o aumento das riquezas circula dos mais ricos para os mais pobres. A primeira diz respeito ao caso denominado por Smith como um efeito de transbordamento (“*trickle down effect*”). Esse efeito vai no sentido de que o homem rico, apesar de ter a sua disposição uma quantia considerável de capital, ele não é capaz de consumir tudo que sua riqueza pode proporcionar dado que “a capacidade de seu estômago não é proporcional a imensidão de seus desejos” de forma que ele teria que “dividir os restos do seu banquete com seus servos” (SMITH apud HERZOG, 2016, p. 51).

Nessa mesma perspectiva de transbordamento, Herzog (2015, p. 51) cita Smith dizendo que esse era também o caso de “palácios nobres, vilas magníficas, grandes coleções de livros, estátuas” que constituíam um “ornamento e honra” para “toda a sociedade”, o que se relaciona diretamente com a noção atual de externalidades positivas.

É no contexto desse primeiro mecanismo (o de transbordamento), pelo qual a riqueza passa dos mais abastados aos estratos mais baixos, que um dos conceitos mais conhecidos de

Smith aparece na *Teoria dos Sentimentos Morais* (doravante *TSM*): a mão invisível³, a qual seria a responsável por gerar esse movimento de transbordamento. Sobre isso, Smith (1759) afirma:

Eles [os ricos] são levados por uma mão invisível a realizar uma distribuição das necessidades da vida que é muito semelhante ao que teria acontecido caso o mundo fora dividido igualmente entre todos os seus habitantes; consequentemente, sem pretende-lo ou sabe-lo, avança o interesse da sociedade e gera meios para a multiplicação das espécies (SMITH, 1976 [1759], p. 185, tradução nossa).

No entanto, esse argumento constitui apenas uma parte do pensamento de Smith acerca de como a riqueza de uma parte da população poderia beneficiar os demais estratos sociais. Isso porque Herzog (2016, p. 52) argumenta que a segunda forma pela qual a riqueza circula dos estratos mais altos aos mais baixos é a que possui de fato papel central na teoria de Smith. Este segundo cenário, que analisaremos ao longo dessa subseção, é o que relaciona a acumulação de capital, o aumento da produtividade e a demanda por mão de obra.

Na *RN*, Smith traça a supracitada relação entre acumulação de capital, produtividade e criação de empregos, que será fundamental para entendermos qual seria, para o autor, a solução para o problema da pobreza absoluta. Esse ponto, como já foi dito, é extremamente importante quando da análise do tema da pobreza em Smith – e vale a pena ser explorado.

Uma vez que o homem médio depende da renda do trabalho para seu sustento, essa remuneração deve ser tal que o indivíduo consiga arcar com suas despesas e a de sua família, considerando que a mão de obra deve ser reproduzida ou, então, “os trabalhadores não poderiam ir além da primeira geração” (SMITH, 1979 [1776], p. 85, tradução “Os economistas”).

Citando Cantillon, Smith (Idem) trabalha com uma ideia de salário de subsistência, que seria o suficiente para manter a população constante. Sendo assim, há uma defesa por parte do filósofo de que a família desses trabalhadores poderia – e deveria – incluir mais de dois filhos por casal. Isso porque a taxa de mortalidade infantil à época era muito alta, obrigando um casal a ter pelo menos quatro filhos, com dois chegando à idade adulta, para garantir a reprodução de sua mão-de-obra.

Para Smith, as famílias, principalmente nas classes menos afortunadas, concebiam um número elevado de filhos. Essas famílias, contudo, possuíam recursos escassos para a criação desses filhos, resultando em taxas mais altas de mortalidade infantil nesse meio. Ademais, a educação dos filhos era raramente uma prioridade para esses pais que já viviam sob condições

³ Note que essa é apenas uma das aparições da mão invisível em Smith. Na *RN*, por exemplo, o autor apresenta outra interpretação para o mesmo termo.

econômicas precárias. Smith conclui, então, que entre as camadas inferiores da população, a multiplicação da espécie humana depende diretamente da quantidade de gêneros alimentícios disponíveis:

A remuneração dos gêneros do trabalho, possibilitando aos trabalhadores cuidar melhor de seus filhos, e consequentemente criar um número maior deles, tende naturalmente a ampliar e estender esses limites. Além disso, cumpre observar que necessariamente faz isso tanto quanto possível, na proporção exigida pela demanda de mão de obra (SMITH, 1979 [1776], p. 98, tradução “Os economistas”)

Não obstante, de acordo com a visão de Smith acerca dos salários, mais do que serem altos o suficiente com vista a manter a reprodução da mão de obra, os salários deveriam ser altos também por servirem como um estímulo ao esforço (“*industry*”) de forma que este aumenta quanto maior for o estímulo. Ele afirma a esse respeito:

Meios de subsistência abundantes aumentam a força física do trabalhador, é a esperança confortante de melhorar sua condição e talvez terminar seus dias em tranquilidade e abundância o anima a empenhar suas forças ao máximo. Portanto, onde os salários são altos, sempre veremos os empregados trabalhando mais ativamente, com maior diligência e com maior rapidez do que onde são baixos (SMITH, 1979 [1776], p. 99, tradução “Os economistas”)

Smith exemplifica esses pontos através de uma comparação entre a Inglaterra e a Escócia do século XVIII. Na Inglaterra, onde os salários eram altos, os trabalhadores eram mais diligentes, competentes e diligentes. Enquanto isso, na Escócia, onde predominavam baixas remunerações, o capital humano era limitado (SMITH, 1979 [1776], p. 127).

Nesse âmbito, a qualidade de vida dos trabalhadores, que constituem a maior parte da sociedade de uma nação, depende diretamente dos níveis de salários. Estes, por sua vez, deveriam ser suficientemente altos, como defendia Smith. Visando, pois, uma melhor compreensão da forma como os salários são definidos, cabe explorar a negociação que existe entre patrões e trabalhadores a fim de determinar qual será o valor pago pela mão de obra.

O autor evidencia que trabalhadores e patrões possuem objetivos completamente distintos: enquanto o primeiro grupo se interessa em aumentar seus salários, o segundo grupo quer abaixá-lo. Entretanto, os patrões possuem, na grande maioria das vezes, certo capital acumulado de forma que podem viver por certo período deste montante; já os trabalhadores dificilmente possuem qualquer capital acumulado e caso possuam, este é raramente suficiente para que eles possam subsistir até que se veja resultados positivos no embate dos níveis salariais. Assim, “não é difícil prever qual das duas partes (...) leva vantagem na disputa e no

poder de forçar a outra a concordar com as suas próprias cláusulas” (SMITH, 1979 [1776], pp. 83-84, tradução “Os economistas”).

Apesar de essa disputa com frequência resultar na vitória dos patrões, há que se lembrar que o crescimento econômico é o responsável por gerar um cenário no qual os salários podem sofrer alterações em relação ao nível de subsistência. Esse processo aumenta os fundos disponíveis para o pagamento de salários, aumentando a demanda por mão-de-obra, de modo que os assalariados tenham maior poder de barganha nas negociações salariais.

Para que isso ocorra, é necessário considerar em que estágio se encontra a economia, que pode estar em crescimento, estagnado ou em declínio. No caso de uma economia estagnada, não há alteração do estoque de capital de modo que não se observa qualquer alteração em termos de salários. Já nos casos em que existe um crescimento ou declínio da economia, há uma alteração do nível de capital acumulado; essa variação é responsável, respectivamente, por aumentar ou reduzir os fundos destinados aos pagamentos de salários. Esses fundos são frutos do excedente do capital após os patrões realizarem o consumo dos bens que necessita para que eles próprios e suas respectivas famílias possam viver bem, e também depois de garantir que haja capital suficiente para a manutenção do básico necessário para manter seus negócios.

O que acontece é que uma dinâmica de crescimento permite um acúmulo maior de capital e, consequentemente, maior valor adicionado. Dado que, segundo o autor, a proporção entre o capital e o nível de emprego não muda, quanto maior a acumulação, maior a quantidade de trabalhadores. Isso porque a demanda por mão-de-obra necessariamente aumentará, provocando uma elevação dos “preços de mercado do trabalho” (salários monetários). O processo de regressão econômica é o inverso. A estagnação, por sua vez, não muda nada.

Segue-se, então, que só há um aumento na demanda por mão de obra quando ocorre um aumento da renda e do capital nacional. Sobre isso, o autor afirma:

O aumento da renda e de capital é o aumento da riqueza nacional. A demanda de assalariados, portanto, naturalmente aumenta com o crescimento da riqueza nacional, sendo simplesmente impossível quando isso não ocorre. (SMITH, 1979 [1776], pp. 86-87, tradução “Os economistas”)

Visando melhor contextualizar o que foi exposto acima, considere, inicialmente, uma sociedade que vivencia um crescimento econômico. Os patrões dessa sociedade certamente observariam aumentos contínuos dos lucros de suas respectivas empresas; esses lucros, por sua vez, seriam utilizados para aumentar o consumo desse indivíduo e sua família, e para reinvestir no processo produtivo de modo a gerar mais produto no período subsequente. Entretanto, com

o intuito de aumentar sua produção, esses patrões deveriam expandir a mão de obra disponível nas manufaturas. Logo, se observaria um aumento da demanda por mão de obra.

Seguindo a lógica smithiana, essa demanda faz com que a concorrência entre patrões pelos trabalhadores disponíveis no mercado seja tal que os primeiros teriam que subir os salários caso desejassem obter operários suficientes (SMITH, 1996 [1776], p. 121). Cabe notar que também o nível populacional é afetado quando há acumulação de capital. Nesse primeiro cenário, os indivíduos possuiriam salários melhores que permitiriam que eles oferecessem uma qualidade de vida mais adequada a si próprio e a sua prole – que chegaria à fase adulta em maior número, aumentando, desta forma, o número de trabalhadores disponíveis.

Decorreria disso que a oferta de mão de obra, assim como ocorre para qualquer outra mercadoria, se ajustaria à demanda pela mesma. Uma demanda crescente por trabalho incentivaria, via aumentos de salários, o aumento da oferta. Ademais, uma consideração importante é que muitos economistas, incluindo Smith, defendiam a ideia de que uma população grande é sinônimo de prosperidade.⁴

Surge, então, a necessidade de uma economia em constante crescimento para que a demanda aumentasse a cada período e, assim, seus cidadãos desfrutassem de salários acima do salário natural de subsistência. Assim, quanto mais rápido acontece o crescimento, melhor seria a qualidade de vida dos indivíduos que viviam nessa sociedade. De fato, Smith (1979 [1776], p. 87, tradução “Os economistas”) diz que

Não é a extensão efetiva da riqueza nacional, mas seu incremento contínuo, que provoca uma elevação dos salários do trabalho. Não é, portanto, nos países mais ricos, mas nos países mais progressistas, ou seja, naqueles que estão se tornando ricos com maior rapidez, que os salários do trabalho são os mais altos.

Como exemplo disso, Smith (1979 [1776], pp. 87-88) compara a Inglaterra e os Estados Unidos – na época, colônia inglesa. O primeiro um país rico, mas com um crescimento lento enquanto o segundo era uma colônia que definitivamente não possuía o mesmo nível de riqueza que a Inglaterra; contudo, se deparava com um rápido crescimento em termos econômicos. Logo, os salários no país norte americano eram mais altos que em qualquer outro país da Europa que apesar de rico, possuía uma velocidade de crescimento menos acentuada. O autor diz, então, que

⁴ Até hoje existem exemplos de teóricos que defendem essa concepção - ver, por exemplo, Mankiw, Weil & Romer no artigo “*A Contribution to the Empirics of Economic Growth*” (1992).

O trabalho lá é tão bem remunerado que uma família numerosa, ao invés de ser um peso, representava uma fonte de riqueza e prosperidade para o país. (...) Uma viúva jovem com 4 ou 5 filhos pequenos, (...), frequentemente é cortejada com uma espécie de fortuna. O valor dos filhos é o maior estímulo que se possa dar ao matrimônio. Não é de se admirar, portanto, que as pessoas na América do Norte casem muito cedo. Não obstante o grande aumento provocado por tais casamentos contraídos cedo, existe uma contínua escassez de mão de obra na América do Norte. Ao que parece a demanda de trabalhadores e os fundos destinados a mantê-los aumentam com rapidez maior do que a possibilidade que os norte-americanos têm de encontrar mão de obra a empregar. (SMITH, 1979 [1776], p. 88, tradução “Os economistas”)

Uma sociedade em crescimento pode ser contraposta a uma nação economicamente estagnada. Essa última não observa aumentos sucessivos de lucro pois, como já foi visto, não existe alteração do nível de capital acumulado. Assim, essa nação raramente possuiria excedentes para reinvestir na produção ou não haveria incentivos suficientes para fazê-lo. Consequentemente, não haveria fundos suficientes para aumentar o trabalho empregado em suas firmas. Sendo assim, a demanda por mão de obra seria constante ao longo do tempo de modo que os empregados dessa sociedade dificilmente conseguiriam obter salários acima do salário de subsistência – o exemplo das condições observadas na China nada mais seria que o efeito de uma economia estacionária.

Seguindo a lógica do crescimento populacional enquanto resultado da acumulação de capital e levando em consideração o que ocorria na China, a população tenderia a manter-se constante, bem como a quantidade de capital dado que os salários seriam apenas suficientemente altos para que houvesse a perpetuação da mão de obra existente, mas não para que essa ultrapassasse o nível então existente.

O retrato da China é definitivamente cruel, mas existiam situações ainda piores, como era o caso de Bengala na Índia citado por Smith. Neste país, Smith (1979 [1776], p. 90-91) afirma que a economia se encontrava em declínio e decorria disso que a demanda por mão de obra vivia em constante queda. Assim, os trabalhadores das classes superiores dificilmente encontravam emprego na sua área de forma que se contentavam com empregos mais duros a fim de garantir sua subsistência e, consequentemente, o mercado de assalariados ficava ainda mais saturado, gerando ofertas cada vez maiores em um setor de demanda cada vez menos. A partir disso, os salários passavam a ser reduzidos de tal modo que permitia apenas “a subsistência mais miserável e escassa do trabalhador” (SMITH, 1979 [1776], p. 91).

Como se não bastasse isso, a maioria dos laboriosos dificilmente encontraria qualquer emprego e a eles restaria somente a fome, a mendicância ou, ainda, a realização de grandes atrocidades. Nesse cenário, Smith descreve os acontecimentos que se seguiria de tal situação:

Prevaleceria, imediatamente, nessa classe, a carência, a fome e a mortalidade, e a partir dali se estenderiam a todas as classes superiores, até que o número de habitantes do país fosse reduzido à quantidade que pudesse ser facilmente mantida pela renda e pelo capital que ainda tivesse escapado à tirania ou à calamidade, responsáveis por destruir todo o resto (SMITH, 1979 [1776], p. 91, tradução “Os Economistas”)

A conclusão dessa investigação é melhor resumida nas palavras do próprio filósofo moral quando ele diz que

A condição dos trabalhadores é dura na situação estacionária e miserável quando há declínio econômico da nação. O estado de progresso é, na realidade, o estado desejável e favorável para todas as classes sociais, ao passo que a situação estacionária é a inércia, e o estado de declínio é a melancolia (SMITH, 1979 [1776], p. 99, tradução “Os Economistas”).

Smith via, portanto, o aumento da riqueza das nações enquanto algo necessário para melhorar as condições de vida das camadas mais baixas da sociedade e, por conseguinte, combater efetivamente a pobreza absoluta. Consequentemente, para ele, a questão da pobreza absoluta é solucionada através do crescimento econômico. Segundo Gilbert (1997, p. 283), nem fazia sentido na visão de Smith a existência de um assalariado destituído (“*labouring poor*”) em países onde a economia crescia (por exemplo, na Inglaterra); constituía, em verdade, uma contradição em termos se entendermos por ‘pobre’ aquele que passa por privações básicas. Isso porque qualquer trabalhador em uma economia progressiva – ou seja, em crescimento – recebia, como vimos, uma remuneração mais do que suficiente para prover para si e sua família (ou seja, um salário acima do salário de subsistência).

Entende-se assim a ênfase dada por Smith ao crescimento econômico, bem como talvez uma falta de interesse em discutir políticas de auxílio por parte do Estado.⁵ Rasmussen (2021, p. 210) corrobora com essa visão e afirma que por conta da capacidade da sociedade comercial de aniquilar a pobreza absoluta, Smith se debruçava com mais afinco em defender o “sistema de liberdade natural” do que propor políticas de redistribuição.

Portanto, o excerto, que trata da condição dos trabalhadores nos diferentes estados de uma economia, ligado aos demais argumentos presentes ao longo desse capítulo expõe um fundamento importante presente na visão de Smith: a extensa argumentação do autor sobre o aumento do nível de riqueza dos países, que deu vida a uma de suas obras mais célebres, constitui, em realidade, uma grande defesa em favor da melhora da qualidade de vida das

⁵ O autor se opõe, por exemplo, aos seguintes regulamentos: “*apprenticeship regulations*”, “*English law of settlements*”; essa oposição se deve, contudo, a dificuldade que esse tipo de lei impunha à livre mobilidade dos indivíduos, tanto em termos de mão de obra quanto de moradia. Para mais detalhes ver Rothschild e Sen (2006).

classes mais baixas. Não há circunstância alguma, portanto, sob a qual esse tipo de pobreza seja visto como algo positivo. Sobre isso, Berry (2013, p. 79) confirma que “Smith repudia veemente qualquer noção de pobreza enquanto algo enobrecedor ou redentora”.

3. DESIGUALDADE ECONÔMICA

Smith defendia a sociedade comercial como a única capaz de combater a pobreza absoluta – desde que se observasse nela crescimentos contínuos da economia. Entretanto, há que se discutir um outro ponto muito importante e que não é amenizado pela sociedade comercial: a questão da desigualdade.

A desigualdade econômica não aparece somente nesse arranjo social dado que sua existência data da transição do estágio de caça para o pastoril, muito antes da ascensão da sociedade comercial. O seguinte trecho da obra *Lectures on Jurisprudence* (1763) evidencia esse último ponto:

O estágio pastoril é onde surge propriamente um Estado. É também nesse período que os homens se tornam em algum nível consideravelmente dependente de outros (...). Aparece, então, a distinção entre ricos e pobres. Aqueles que não possuem rebanhos não tem outra opção de sustento senão de adquiri-lo dos ricos. Os ricos, por sua vez, para garantir o sustento dos destituídos demandam deles seus serviços e sua liberdade. Dessa forma, cada homem abastado passa a ter sob o seu domínio um número considerável de indivíduos menos afortunados. E é nesse período da sociedade que se tornam mais claras as chances dos ricos de exercerem seu poder e influência sobre os demais (SMITH, 1983 [1763], p. 202, tradução nossa).

Dessa forma, Gilbert (1997, p. 280) conclui que a desigualdade econômica se torna uma característica permanente da sociedade a partir do estágio pastoril. Logo, essa desigualdade aparece enquanto um efeito da posse de bens – no estágio pastoril, a posse de rebanhos; eventualmente, essa posse toma outra cara e surge, então, a propriedade privada. Sobre isso, Smith argumenta que a necessidade de proteger a propriedade se faz necessária na medida em que a distinção de renda entre os indivíduos se torna mais evidente (SMITH, 1983 [1763], p. 208). Caso contrário, os pobres recorreriam a violência para tomar dos ricos aquilo que esses últimos, ao menos em teoria, conquistaram através de seu esforço e trabalho. Isso faz com que, para atingir níveis mais altos de renda, seja necessário que os indivíduos utilizem os próprios meios – na maior parte dos casos, esse meio será o trabalho – para tal.

Nesse cenário, enquanto a maioria dos comentadores de Smith⁶ assume que a desigualdade é um produto inevitável da sociedade comercial – ou que, como vimos, é aprofundada por essa sociedade –, Boucoyannis (2013) advoga que essa disparidade não se trata de algo inevitável uma vez que a autora aponta que caso as políticas advogadas por Smith fossem adotadas, elas seriam capazes de prevenir que as desigualdades aparecessem em

⁶ Ver, por exemplo, Gilbert (1997) e Ramussen (2016).

primeiro lugar. Entretanto, o próprio Smith deixa claro que esse resultado não é viável já que, como cita Rasmussen (2016, p. 344, tradução nossa), “[...] em qualquer lugar aonde exista grandes propriedades, haverá também grandes desigualdades. Para cada homem muito rico, há que existir ao menos quinhentos pobres, e a afluência de poucos supõe a indigência de muitos”.

Portanto, a desigualdade não aparece enquanto resultado da sociedade comercial. Contudo, ela pouco faz no sentido de corrigir essa característica herdada enquanto consequência dos avanços econômicos. Rasmussen (2016, p. 344) aponta a desigualdade como um resultado natural das forças do mercado – já que existem várias causas que geram desequilíbrios salariais, como veremos mais a frente. Mais do que isso, uma sociedade de completa igualdade somente seria possível no cenário em que predominasse a pobreza universal, como era o caso nas sociedades primitivas.

Ademais, a sociedade comercial é constituída por três ordens sociais, segundo Smith, categorizadas de acordo com a fonte de sua renda: proprietários de terra, trabalhadores e patrões; desse modo, é evidente que os primeiros vivem da renda da terra, os segundos dos salários e os últimos dos lucros do emprego da mão de obra (SMITH, 1979 [1776], p. 265). Já existe, desde o surgimento desse arranjo social, desigualdades – e seu funcionamento, por vezes, aprofunda.

A renda da primeira ordem não requer mão de obra ou cuidados. Esse é o motivo pelo qual os proprietários de terra possuem uma vida muito mais fácil e segura quando comparada as demais ordens. É precisamente desse fato que advém, segundo Smith, a indolência dessa classe, que é responsável por torná-los “não apenas ignorantes, mas também incapazes de prever ou compreender as consequências de qualquer regulação pública”⁷.

A segunda ordem, como visto anteriormente, é remunerada a partir da venda de sua mão de obra, que é tanto maior quanto mais alta for a demanda por assalariados. Nesse sentido, Smith relata que esses são os indivíduos que se encontram na pior situação quando o crescimento econômico cessa ou, ainda, declina. Esses trabalhadores, por conta de sua própria condição, possuem pouco ou nenhum tempo para absorver informações necessárias acerca dos regulamentos e deliberações; além disso, a educação que recebem e os hábitos que possuem são tais que eles raramente estão aptos para julgar as decisões públicas de modo que, na maioria das vezes, suas opiniões são simplesmente ignoradas⁸.

A terceira e última ordem, composta pelos patrões, é a responsável por “colocar em movimento a grande parte da mão de obra útil de cada sociedade” (SMITH, 1979 [1776], p.

⁷ Idem, p. 265.

⁸ Ibidem, p. 266.

266). Rothschild e Sen (2006, p. 328) afirmam que esta é a classe que mais intriga Smith já que é nela que se encontram os indivíduos que possuem maior poder de decisão na sociedade. Ademais, Smith os identifica como um corpo de pessoas que passam a vida engajados em planos e projetos. São eles, por fim, que possuem a maior parte do capital de uma nação e direcionam, em última instância, o fim deste.

Essa última ordem é a mais importante na visão de Smith por ser a única capaz de aumentar a opulência universal e, como já explicitado anteriormente, melhorar as condições de vida de toda a sociedade. Esses indivíduos são inteligentes e possuem um conhecimento preciso de seus próprios interesses (ROTSCHILD; SEN, 2006, p. 328) – apesar de nem sempre buscá-los de forma a beneficiar a nação como um todo.⁹

Smith afirma que os interesses dos dois primeiros grupos são semelhantes no sentido de que ambos se beneficiam de uma economia em crescimento já que assim como a demanda por mão de obra – vista no primeiro capítulo dessa pesquisa –, a demanda por terras também aumenta quanto mais próspera se torna a nação.

Já o terceiro grupo, composto pelos empregadores, possui interesses diametralmente opostos dos donos de terra e trabalhadores uma vez que

[...] a taxa de lucro não aumenta com a prosperidade da sociedade e não diminui com seu declínio [...]. Ao contrário, essa taxa de lucro é naturalmente baixa em países ricos e alta em países pobres, sendo a mais alta, invariavelmente, nos países que caminham mais rapidamente para a ruína. (SMITH, 1979 [1776], p. 266, tradução “Os economistas”)

Sobre essa oposição de interesses existente entre as ordens supracitadas, Rothschild e Sen (2006, p. 328-329, tradução nossa) citam Smith sobre as ambições dos donos do capital, que são “[...] raramente as mesmas do público” e, ao contrário, vão frequentemente no sentido de “enganar e mesmo oprimir o público; a quem em muitas ocasiões, de fato, enganaram e oprimiram”.

Apesar da existência das três ordens salientadas acima pressuporem certo nível de desigualdade, é importante notar que Smith defendia que idealmente era melhor que a sociedade fosse composta de tal forma que existisse uma escala gradual dos níveis de riqueza dos mais ricos para os mais pobres. Isso porque em uma sociedade em que existisse apenas um seleto

⁹ Rothschild e Sen (2006, p. 334, tradução nossa) dizem sobre eles que são “[...] complexos e indecisos em relação a seus sentimentos. Eles procuram segurança e reafirmação. Ao mesmo tempo que são indivíduos indiferentes, eles procuram vantagens políticas de todo governo. Eles possuem um conhecimento inteligente dos próprios interesses e procuram promover esses interesses através do monopólio. Eles são amantes do risco e temem a competição. Eles conspiram com outros empregadores e também conspiram contra eles.”

grupo de indivíduos extremamente ricos e todo o resto vitimado pela pobreza, esses afortunados teriam poucos meios de dissipar suas riquezas em luxos de modo que grande parte deles optaria por ter sob seu comando um grande número de dependentes (RASMUSSEN, 2016, p. 345) – o que Smith não via com bons olhos pelo fato de ser dependente significar estar sob o arbítrio de outra pessoa, o que equivale à falta de liberdade.

Sob a ótica de Smith, a existência da desigualdade se trata de uma necessidade considerando que uma sociedade de completa igualdade é possível somente em um cenário em que prevalece a pobreza universal. Portanto, ainda que Smith defendesse que certo nível de desigualdade fosse necessário para evitar a pobreza absoluta universal, ele também não acreditava que essa disparidade não deveria ser extrema já que, nesse caso, o autor temia que se instaurasse uma plutocracia; ou seja, uma sociedade na qual o poder de governo recaia nas mãos de uma elite econômica (RASMUSSEN, 2016, p. 345).

Nesse sentido, Smith propunha que um funcionamento bom e justo da sociedade comercial dependia da presença de salários altos e lucros baixos (BOUCOYANNIS, 2013, p. 1053). A defesa por salários altos já foi explicada quando da investigação da pobreza absoluta, cabe agora ver a razão pela qual os lucros deveriam ser baixos.

Primeiro, lucros altos representam uma trajetória negativa do crescimento por conta do mecanismo do capital. A escassez de capital faz com que a demanda por trabalhadores caia e, consequentemente, a produtividade do capital seja menor e os preços dos produtos tornem-se mais altos. Nesse cenário, a taxa de lucro sobe (SMITH, 1979 [1776], p. 108).

Para Smith, uma sociedade em que há acumulação do capital, ou seja, que está crescendo, o processo oposto é válido e o resultado é uma redução da taxa de lucro. De fato, Smith traz que “[...] a diminuição dos lucros é o efeito natural da prosperidade [de uma nação]” (SMITH, 1979 [1776], p. 108, tradução nossa).

Boucoyannis (2013, p. 1053) aponta, ainda, outra razão que deriva dessa ideia da trajetória dos lucros na qual Smith baseava sua defesa da necessidade de lucros baixos. Ou seja, para o autor, nenhuma nação deveria contar com indivíduos tão ricos que pudesse sobreviver apenas do lucro do capital. Assim, lucros baixos significam baixas taxas de juros, o que impossibilita a existência de um grande número de indivíduos vivendo apenas do retorno do capital.

Consequentemente, isso evitaria a formação de grandes fortunas de modo que as quantidades possivelmente acumuladas seriam suficientes apenas para os possuidores destas viverem por um curto período fora do mercado, impulsionando-os a eventualmente retomarem

seus ofícios. Garantindo, assim, o reinvestimento nos fundos destinados ao pagamento de salários, o que aumentaria a demanda por trabalho e estimularia o aumento da produtividade.

Apesar de Smith defender salários altos e lucros baixos com fins de atingir uma sociedade comercial na qual a desigualdade não fosse extrema, esse processo é muitas vezes prejudicado devido às ineficiências de mercado advindas de interferências humanas – sejam elas regulações governamentais, imposições das corporações de ofício ou ainda dos costumes da época – que interferem artificialmente nos níveis salariais. Essas interferências podem fazer com que os salários fiquem aquém do nível socialmente ótimo. Veremos mais adiante como agem essas regulações.

3.1 As causas da desigualdade

Já foi visto que a desigualdade econômica não é uma criação da sociedade comercial, mas sim um resquício de estágios anteriores. Entretanto, como explicitamos na seção anterior que a sociedade comercial, apesar de não cria-la diretamente, pouco faz no sentido de reduzi-la. Cabe, então, analisar de que forma ocorre a existência dessa desigualdade e ainda como a sociedade comercial, segundo Smith, a aprofunda.

É importante, antes de partir para a investigação das causas da desigualdade, notar que o nascimento tem grande influência sobre ela. Por exemplo, filhos nascidos de pais em situações mais confortáveis muito provavelmente terão condições, no mínimo, igualmente confortáveis – evidentemente desconsiderando qualquer mau uso da herança. Ademais, em famílias aonde prevalece a existência de grandes fortunas, há que se conceber que houve em algum ponto da história um membro dessa instituição que foi capaz de acumular capital. Sobre esse tipo de desigualdade, Smith não tinha grandes preocupações já que ele parece supor que o mérito é a fundação para essa desigualdade, ainda que das gerações passadas.

No entanto, além de diferenças de nascimento ou de posição, existem fatores na sociedade comercial que tendem a gerar ou aumentar as desigualdades. Dentre eles, se encontram os fatores que se convencionaram chamar ‘causas naturais’ por parte dos estudiosos de Smith. Essas causas estão ligadas aos “diferentes níveis de capacidade, esforço e diligência dos indivíduos” (SMITH, 1983 [1763], p. 338, tradução nossa).

As causas naturais, por sua vez, resultam da própria divisão do trabalho. Isso porque é ela que gera os diferentes empregos do capital e do trabalho, além de conferir aos trabalhos as características relacionadas a natureza destes. Não há dúvidas, portanto, de que a divisão do

trabalho é peça fundamental da sociedade comercial e permite a especialização da mão de obra e, consequentemente, o aumento da produtividade. Entretanto, o fato de proporcionar diferentes tipos de treinamentos e ofícios responsáveis por moldar a capacidade humana consiste em um fator importante dessa segmentação. Nesse cenário, Smith escreve o seguinte excerto:

Na realidade, a diferença de talentos naturais em pessoas diferentes é muito menor do que pensamos; a grande diferença de habilidade que distingue entre si pessoas de diferentes profissões, quando chegam à maturidade, em muitos casos não é tanto a causa, mas antes o efeito da divisão do trabalho. A diferença entre as personalidades mais diferentes, entre um filósofo e um carregador comum da rua, por exemplo, parece não provir tanto da natureza, mas antes do hábito, do costume, da educação ou formação. Ao virem ao mundo, e durante os seis ou oito primeiros anos de existência, talvez fossem muito semelhantes entre si [...]. Em torno dessa idade, ou logo depois, começam a engajar-se em ocupações muito diferentes. Começa-se então a perceber a diferença de talentos, sendo que esta diferenciação vai se ampliando gradualmente, até que, ao final, o filósofo dificilmente se disporá a reconhecer qualquer semelhança (SMITH, 1979 [1776], p. 28, tradução “Os economistas”).

Essa passagem demonstra que os trabalhadores se diferenciavam ao longo da vida como resultado de seu ofício. As causas naturais são, assim, causas justas e eficientes. Resumidamente, são essas: a agradabilidade do trabalho, a facilidade e o custo de aprendizagem demandada pelo emprego, a constância do emprego, a confiança depositada no trabalhador e, por fim, a probabilidade de sucesso nesse emprego (SMITH, 1979 [1776], pp. 116-131).

A agradabilidade do trabalho considera as condições desse emprego em termos de dificuldade, limpeza e prestígio. Portanto, na ótica de Smith, quanto mais difícil, mais sujo e menos prestigioso, maior deve ser o salário desse emprego – de forma a compensar esses aspectos negativos. Já a facilidade e o custo de aprendizagem demandados pelo emprego fazem com que quanto mais trabalho e tempo for despendido nesse processo de treinamento, maior será a remuneração por esse ofício – é inclusive sob esse princípio que se funda as diferenças salariais advindas de maior ou menor grau de qualificação (SMITH, 1979 [1776], p. 117).

Em relação a constância do emprego, Smith conclui que quanto menor a constância do emprego, maior deve ser o salário do trabalhador. Em termos da confiança depositada no trabalhador, Smith defende que quanto maior a confiança depositada em certa profissão, maior deve ser seu salário. Como exemplo, o autor argumenta sobre a confiança que deve ser depositada em um médico ou advogado por um indivíduo que coloca sua vida nas mãos deste (SMITH, 1979 [1776], p. 120).

Por fim, a probabilidade de sucesso nesse emprego também influencia na remuneração do trabalho de modo que quanto maior a probabilidade de sucesso de certa profissão, menor é o valor pago por sua realização. Sobre isso, afirma Smith que “[n]a maior parte das ocupações

mecânicas, o sucesso é mais ou menos certo, sendo, porém, muito incerto nas profissões liberais" (SMITH, 1979 [1776], p. 122).

Nesse âmbito, o autor afirma que dois desses fatores afetam não apenas os salários, mas também os lucros, sendo elas o quanto agradável – ou não – é a ocupação e o risco ou segurança que a caracteriza; entretanto, Smith deixa claro que

As cinco circunstâncias acima mencionadas, embora gerem desigualdades consideráveis de salários e de lucro do capital, não produzem nenhuma desigualdade no conjunto global das vantagens e desvantagens, reais ou imaginárias, dos diferentes empregos de mão de obra e de capital. A natureza dessas circunstâncias é tal que respondem por um ganho pequeno em alguns e contrabalançam com um ganho grande em outros (SMITH, 1979 [1776], p. 131, tradução "Os economistas").

Enquanto isso, as 'causas artificiais' são as causas que de fato preocupam Smith, já que dizem respeito a regulações e imposições tanto advindas da intervenção humana quanto do governo que desviam o mercado do resultado socialmente desejável. Mais especificamente, Smith deixa claro que essas ações criam desigualdades através da restrição da competição em mercados aonde esta deveria ser maior ou, ainda, do aumento da competição aonde ela deveria ser menor e, por último, através da restrição da livre circulação de trabalho e capital (SMITH, 1979 [1776], p. 135).

Em relação à restrição da competição, Smith apresenta como exemplo os regulamentos da época que limitavam o número de aprendizes que um mestre poderia ter ou, ainda, definiam a quantidade de tempo durante o qual esse aprendiz deveria realizar esse ofício. Em ambos os casos, o descumprimento dessas ordens acarretava em um pagamento de multa. Consequentemente, o mercado de trabalho ficava desfalcado de trabalhadores, aumentando as diferenças de salários desse setor em relação aos demais em uma medida maior do que seriam justificadas por diferenças na natureza dos empregos (SMITH, 1979 [1776], p. 135-136).

Já o aumento da competição acima de seu nível ideal resultava de certas profissões serem vistas como extremamente importantes na sociedade de modo que o governo e os fundadores privados estabeleciam, muitas vezes, bolsas de estudo, além de outros tipos de incentivos que levavam muitos jovens a procurarem esses ofícios; eventualmente, ao se formarem, muitos se encontravam sem emprego devido ao excedente artificialmente produzido – o que reduzia o salário nesses setores em relação aos demais em medida maior do que aquela justificada pelas diferenças na natureza dos empregos (SMITH, 1979 [1776], p. 146).

Sobre a restrição à livre circulação do trabalho e do capital, Smith (1979 [1776], pp. 177-178) exemplifica a situação a partir do seguinte cenário: imagine duas manufaturas, sendo

que as demandas por mão de obra são diferentes em ambas de modo que em uma se pagam salários altos (alta demanda por assalariados) enquanto a outra tem remunerações no nível estritamente necessário para a subsistência (baixa demanda). Considere ainda que elas se encontram na mesma cidade. Por que, então, os trabalhadores da segunda empresa não mudam para a primeira? Esse impedimento se deve, segundo Smith, ao estatuto da aprendizagem¹⁰, aos privilégios exclusivos das corporações¹¹ ou ambos.

Ainda na questão dos salários, Smith defende o pagamento de salários em dinheiro e não em bens, como era comum na época. Isso porque o pagamento em bens poderia prejudicar o trabalhador já que nem sempre esse valor em bens estava de acordo com o que de fato deveria ser remunerado ao trabalhador. Essa diferença entre os valores resultava em mais uma forma de reduzir o salário do trabalhador de forma injusta – gerando artificialmente uma desigualdade que não fazia parte da natureza dos empregos. Segundo o autor,

Em qualquer momento que a legislatura tenta regular as diferenças entre mestres e seus trabalhadores, os conselheiros são sempre os mestres. Logo, quando a regulação é em favor dos trabalhadores, ela é sempre justa e equitativa; o que nem sempre é o caso quando é em favor do mestre. Assim, a lei que obriga os mestres a pagarem seus empregados em dinheiro e não em bens é bastante justa e equitativa (SMITH, 1979 [1776], pp. 157-158).

3.2 O papel do Estado em meio a desigualdade

Smith evidentemente acreditava que certo nível de desigualdade se fazia necessário para que fosse possível combater a pobreza absoluta. Entretanto, o autor defendia também que essa desigualdade não devia ser extrema para que não houvesse a ascensão de um governo no qual o poder coubesse apenas aos ricos, fazendo com que a sociedade retornasse a um arranjo social onde haveria apenas a existência de ricos e seus dependentes diretos.

Nesse sentido, Smith se posicionava contra certas regulações propostas pelo Estado. Note que essa posição do autor se relacionava às consequências advindas destas regulações. Exemplo disso é que ele se posicionava contra o auxílio direto aos pobres através dos chamados “*Settlement Laws*”; isso porque essa lei reduzia consideravelmente a mobilidade da mão de obra

¹⁰ “O estatuto da aprendizagem dificulta a livre circulação de mão de obra de um emprego para outro, até no mesmo lugar” de modo que “esses trabalhadores, em toda parte onde vigora o estatuto da aprendizagem, não têm outro recurso senão amparar-se nas paróquias, ou então, passar a operar como trabalhadores comuns, trabalhos esses para os quais (...) estão muito menos qualificados do que para qualquer outro ofício semelhante que tiveram que abandonar.” (SMITH, 1979 [1776], p. 151-152, tradução “Os economistas”)

¹¹ “Os privilégios exclusivos das corporações dificultam essa livre circulação de um lugar para outro, até na mesma ocupação” (SMITH, 1979 [1776], p. 151, tradução “Os economistas”)

ao fazer com que os trabalhadores que dela se “beneficiavam” sofressem desde acusações até a própria expulsão do local em que moravam caso ficassem desempregados e fossem procurar emprego em outro lugar. Para Smith, essa lei se tratava de uma violação da liberdade do homem, o que ia contra os princípios defendidos pelo autor (SMITH, 1979 [1776], p. 470).

Sendo assim, ainda que Smith fosse contrário a regulações que prejudicassem o trabalhador, o autor advogava algumas políticas importantes no sentido de redistribuir a riqueza dos mais abastados aos mais pobres ou ainda contrabalancear as assimetrias existentes – ou seja, de tirar parte do fardo dos pobres e coloca-lo sobre os ricos; ou no sentido de corrigir comportamentos irracionais, que deveriam ser taxados com uma alíquota mais alta. Note que essa correção era importante no âmbito da desigualdade pois a irracionalidade levava a um mau uso do capital, que resultava na diminuição da capacidade produtiva e, consequentemente, afetava a nível de riqueza existente na nação (BOUCOYANNIS, 2013, p. 1059).

No sentido de contrabalancear as assimetrias de riqueza, Smith defendia taxações mais pesadas sobre artigos que eram majoritariamente consumidos pelos mais ricos. Exemplo disso é a taxação sobre artigos de luxo. Um dos pontos levantados por Smith nesse âmbito era uma cobrança mais alta de pedágio para veículos de luxo – como carruagens na época, o que faria com que “a indolência e a vaidade dos ricos contribuíssem de forma muito fácil ao alívio dos pobres” (SMITH, 1977 [1776], p. 966).

Além disso, o autor defendia também a taxação sobre aluguel de casas. Smith diz que o imposto deveria ser tal que os indivíduos optariam por morar em uma casa menos luxuosa no caso em que o imposto fosse alto demais dada sua restrição orçamentária. Assim, somente aceitariam alugueis mais caros aqueles homens cuja renda fosse alta o suficiente para arcar também com altas taxas; nas palavras de Smith (1977 [1776], p. 1128):

Os luxos e vaidades da vida constituem as principais despesas dos ricos. Uma casa magnífica embeleza e ressalta todos os luxos e vaidades que eles possuem. Logo, o imposto sobre alugueis de casa recairia de forma mais pesada, em geral, sobre os ricos; e, nesse tipo de desigualdade, dificilmente haveria algo muito irracional.

Em relação à cobrança de impostos enquanto um mecanismo para corrigir comportamentos irracionais, ressaltaremos somente a defesa que Smith dava a taxação que fosse auxiliar na manutenção da opulência. Assim, um tópico importante em Smith era a questão dos arrendatários que cobravam valores altos demais para a renovação de contrato ao invés de apenas aumentarem mensalmente o aluguel. Essa cobrança fazia com que os arrendatários tivessem que investir uma quantia alta na renovação de forma que esse capital

não poderia ser utilizado como investimento no seu negócio. Como vimos, a ausência de fundos disponíveis leva a menor demanda por trabalho, o que acaba por prejudicar aqueles que eram a maior preocupação de Smith: os pobres. Em suma, o comportamento irracional deveria ser desencorajado para que o capital fosse aplicado de forma produtiva sem gerar desigualdades desnecessárias.

Umas das defesas mais importantes de Smith, nesse aspecto, dizia respeito a educação pública. Isso porque a divisão do trabalho, como já vimos, gera as diferenças na natureza dos ofícios, é responsável por gerar trabalhos mecânicos e repetitivos. Essa característica da segmentação da linha produtiva é, por sua vez, a responsável por enfraquecer as mentes e os corpos dos trabalhadores já que esse tipo de emprego pouco faz no sentido de ativar a mente. Smith diz então que muitas vezes esses operários se tornam “tão estúpidos e ignorantes quanto possível na raça humana” (SMITH, 1979 [1776], pp. 38-39, tradução nossa).

Essas diferentes aplicações da mão de obra individual causavam com o tempo uma distinção de talentos, que define, em última instância, o grau de prestígio de um trabalhador, bem como um enfraquecimento das capacidades humanas. Assim, a defesa de Smith em relação a oferta de educação por parte do Estado tinha como objetivo contrabalancear esses efeitos adversos já que uma grande massa de indivíduos com baixo nível de instrução consistia em uma perda de capacidades mentais. Nesse sentido, quanto maior a parcela da população instruída, maior seria a capacidade dessa nação de prosperar e gerar riqueza (SMITH, 1979 [1776], p. 39).

Rothschild e Sen (2006, p. 322) afirmam que Smith defendia que, em uma sociedade civilizada na qual reina a opulência, seria possível ter grande parte de sua população sendo instruída para que desenvolvessem as habilidades de ler, escrever, contar e talvez aprender até mesmo sobre os “[...] mais sublimes princípios da ciência”. Tratava-se, portanto, de um ciclo uma vez que mais indivíduos instruídos levavam também a níveis mais altos de opulência. Fleischacker (2006, p. 13), por sua vez, cita Smith dizendo que o Estado deveria tomar as medidas necessárias para assegurar que a classe trabalhadora tivesse acesso à educação de modo a desenvolver a capacidade para julgamentos morais e políticos.

Segundo Baum (1992, p. 152, tradução nossa), a educação era necessária pois “[...] as massas tinham que ter conhecimento dos próprios interesses e estarem melhor preparadas para contrabalancear a influência da classe capitalista no Estado”. Outro argumento levantado pela autora é que a educação teria também o caráter de reforçar a distinção da estrutura de classes (“ranks”). Nesse sentido, o autor advogava currículos de ensino diferentes para as diferentes classes visando “elevar as massas sem romper a estrutura de classe existente”. Portanto, ainda

que Smith defendesse a redução de desigualdades em termos de educação, ele não objetivava uma sociedade em que todos possuíssem os mesmos níveis de instrução.

Boucouyannis (2013, p. 1059) afirma então que os principais critérios de Smith para a aplicação de impostos eram os seguintes: como essas taxas afetariam a produtividade do capital, sobre quem recairia o fardo delas e como elas encorajariam a racionalidade econômica, especialmente entre os ricos e esbanjadores (“*spendthrift*”). Desse modo, Smith era contrário somente àquelas taxas que minimizavam a rentabilidade do Estado, sobrecregavam os pobres e trabalhadores ou que reduziam a produtividade. Esses critérios possuíam relação direta com a desigualdade já que tanto uma baixa produtividade do capital quanto o mau uso dele (irracionalidade econômica) desviava a economia do seu caminho ideal – ou seja, o de crescimento econômico. Enquanto isso, o fardo dos impostos deveria ser ajustado de modo a não prejudicar as classes menos afortunadas da sociedade.

4. POBREZA RELATIVA

Foi visto, então, que em uma sociedade comercial progressiva¹² “os salários dos mais simples trabalhadores são capazes de suprir [as necessidades da natureza]” (SMITH, 1976 [1759], p. 50). Entretanto, apesar de Smith advogar a favor da sociedade comercial e apontar o crescimento econômico como solução para a pobreza absoluta, isso não quer dizer que as nações que seguissem esses moldes estariam livres de qualquer tipo de pobreza. Ao contrário, por ser, como vimos, uma sociedade inherentemente desigual, há um problema ao qual Smith volta a sua atenção que é a questão da pobreza relativa. Esta, por sua vez, trata da inclusão – ou da falta dela – em diferentes contextos sociais; para além disso, ela aborda, em sentido geral, o bem estar individual enquanto parte de uma sociedade.

Rothschild e Sen (2006, p. 360) afirmam, nesse sentido, que a privação de necessidades possui um papel central na análise da pobreza em Smith. Privação essa que é determinada pelos padrões de consumo da sociedade. Dessa forma, os autores explicam que Smith considera a pobreza como uma forma de limitação (“*unfreedom*”) da liberdade dos indivíduos devido aos sentimentos que advém de não se encaixar na sociedade em que vivem. Esse deslocamento social somente existe em um cenário em que existem indivíduos com diferentes níveis de renda – essa circunstância deixa clara, portanto, o por quê do tema da pobreza estar intrinsecamente ligado a existência de desigualdade.

A análise partirá, então, da máxima de que as necessidades de um indivíduo são moldadas de acordo com os padrões de vida da sociedade no qual está inserido. Segundo Rothschild e Sen (2006, p. 360), a pobreza relativa vai além de níveis de renda baixos em si, dado que o indivíduo pode ter uma remuneração alta o suficiente para garantir sua subsistência e, não obstante, se sentir deslocado socialmente por não atingir o padrão de consumo da sociedade em que vive. Portanto, muitas vezes, não basta que o indivíduo tenha acesso a alimentação, teto e moradia – artefatos que, como vimos, seriam providos em qualquer sociedade comercial em crescimento.

Isso porque existem outros sentimentos envolvidos na existência de um ser humano e esses sentimentos, por sua vez, necessitam ser atendidos quando se objetiva o bem estar geral de uma nação (BOUCOYANNIS, 2013, p. 1054). Os autores afirmam a esse respeito que “na Inglaterra, até o mais pobre dos indivíduos sentiria vergonha de aparecer em público sem

¹² Note que, para Smith, uma sociedade progressiva é uma sociedade na qual se observa crescimento econômico.

sapatos de couro” (ROTHSCHILD; SEN, 2006, p. 360, tradução nossa). Consequentemente, a própria capacidade de o indivíduo se misturar, integrar e, em última instância, prosperar fica prejudicada por falta de capacidades básicas.

Esses sentimentos de necessidades “extras” (para além do nível de subsistência) advindos da convivência entre indivíduos de diferentes classes sociais constituem precisamente o conceito de pobreza relativa. Esse termo pode ser definido como os desejos que surgem no ser humano não por necessidades fisiológicas, mas sim pelo sentimento que espera receber de seus iguais; mais do que isso, pela aprovação que espera obter de seus pares ao usar, por exemplo, sapatos de couro.

Contudo, a pobreza relativa não seria erradicada no caso em que os trabalhadores tivessem condições suficientes para comprar esses artigos considerados básicos a qualquer homem respeitável da época. Isso porque o sentimento de inferioridade persiste enquanto coexistam diferentes faixas de renda em uma sociedade. Para além disso, o homem continuamente procura pela aprovação de seus semelhantes e é tendo em mente esse desejo que busca incessantemente a melhora de sua condição – vale ressaltar que essa necessidade do homem em ser admirado e aprovado constitui uma das motivações básicas da RN. Essa busca acarreta em sérias consequências do ponto de vista de Smith; mesmo assim, existiam, em última instância, benefícios da presença dela.

O problema da pobreza relativa decorre, portanto, da existência de desigualdade econômica já que esta discrepância entre os cidadãos de uma dada nação é resultado dos padrões criados por uma sociedade em que existe estratificação de renda. Padrões esses que se tornam, ao fim e ao cabo, uma imposição para que o indivíduo seja minimamente respeitado enquanto um homem digno. Assim, diferente do que ocorre com a pobreza absoluta, a sociedade comercial é responsável por aprofundar ainda mais esse abismo e nesse ponto, Smith possui críticas a forma como funciona a sociedade comercial e propõe melhorias visando manter as desigualdades em um nível aceitável.

Buscando compreender melhor as faces da pobreza relativa enquanto resultado da desigualdade econômica, exploraremos nas subseções desse capítulo os efeitos negativos e positivos advindos da pobreza relativa.

4.1 Efeitos negativos resultantes da pobreza relativa

Ainda que Smith possuísse grandes objeções a visão da desigualdade como algo negativo, o autor não deixa de explicitar como níveis extremos desta poderiam levar a

consequências insatisfatórias. Nesse âmbito, o autor escreveu a *TSM*, onde trata, em grande parte, da distorção das simpatias humanas enquanto resultado da pobreza relativa que deriva, por sua vez, da desigualdade econômica.

Vale lembrar que Rothschild e Sen (2006, p. 360) afirmam que no campo Smithiano, o padrão de consumo de uma sociedade possui efeito direto na visão de necessidades dos indivíduos; assim, a privação de necessidades (ou daquilo que se acredita ser necessário) possui relação direta com o nível de desigualdade existente em um dado corpo social.

Segundo Smith (1976 [1759], pp. 43-65), os indivíduos possuem uma tendência natural a simpatizar com outros, bem como a se identificar com estes a partir de uma projeção de si próprios na situação do próximo. No entanto, ainda que não seja possível sentir exatamente o que sente o indivíduo que está vivenciando a situação, o autor afirma que a dor do outro gera um sentimento muito mais forte no observador do que a felicidade alheia é capaz de proporcionar.

Nesse âmbito, é importante frisar que Smith acredita que a adversidade torna o indivíduo muito mais deprimido do que qualquer prosperidade é capaz de animá-lo (SMITH, 1976 [1759], p. 45). Por isso, o homem evita ao máximo se sujeitar a essa situação de simpatizar com a dor do outro. Sobre isso, Smith escreve:

Parece que a natureza, quando nos sobrecarregou de nossas próprias dores, julgou-as suficientes e por conseguinte não nos ordenou que tomássemos parte nas alheias mais do que o necessário para nos incitar a serená-las (SMITH, 1976 [1759], p. 47, tradução por Lya Luft – edição WMF Martins Fontes).

Dessa forma, é natural que a simpatia humana se dê de modo mais rápido e completo com as alegrias do que com as tristezas ou, como ele deixa claro, com o que percebemos ser alegria e tristeza (SMITH, 1976 [1759], p. 42). Resulta disso que a propensão a simpatizar com os ricos é muito maior que a propensão a simpatizar com os pobres.

Assim, é mais provável que os mais afortunados sejam objeto de aprovação e admiração, de forma que sejam vistos como um exemplo ou alguém a ser imitado. Enquanto isso, “[...] os pobres sofrerão não apenas as privações materiais da pobreza, mas também o sentimento de invisibilidade e mesmo vergonha que geralmente a acompanha” (RASMUSSEN, 2016, p. 348, tradução nossa).

Eis que a desigualdade econômica tem um papel crucial nesse processo já que quanto mais profundo o nível de desigualdade, maior o distanciamento entre as classes e, consequentemente, maior o nível de distorção das simpatias. Sobre isso, Walraevens (2020, p.

214) explica que quanto maior a desproporção entre ricos e pobres, maior é o distanciamento socialmente presente entre indivíduos em uma sociedade de forma que há uma redução dos vínculos sociais e o senso de comunidade, o que faz com que os homens se tornem cada vez mais desatentos e apáticos em relação aos menos afortunados.

Vale ressaltar que os chamados “menos afortunados” representam, em última instância, “os membros “invisíveis” da sociedade, aos quais o reconhecimento social, o grande objetivo da vida humana, é negado” (WALRAEVENS, 2020, p. 214, tradução nossa). Nessa análise de Walraevens (2020), é possível notar um dos pontos levantados – e problematizados – por Smith na *TSM*, ou seja, o ato de negligenciar e desprezar os pobres, despertando nestes um sentimento de incapacidade e, mais que isso, um sentimento de vergonha.

Por esse motivo, argumenta Herzog (2015, p. 50) que, para Smith, “o crescimento [econômico] não era um fim em si mesmo, mas sim uma conquista no caminho de atingir outros fins normativos desejados”, sendo esses fins normativos relacionados ao fim da pobreza absoluta, mas também a um equilíbrio no âmbito moral e político. Entretanto, o que se observava na Inglaterra do século XVIII (ou, ainda, o que se observou e se observa desde o início dos tempos como nos mostra a história) não era o que Herzog (2015) chamou de “fins normativos desejados”, mas sim o aprofundamento das desigualdades e, consequentemente, da pobreza relativa. Esta última, como vimos, leva a distorção das simpatias humanas, da qual resultam consequências importantes na visão de Smith e que serão tratadas a seguir.

4.1.1 A distorção das simpatias humanas e suas consequências

Como já explicitado anteriormente, não é novidade que, para Smith, a distorção das simpatias humanas surge como consequência direta da percepção humana acerca dos sentimentos de felicidade e tristeza. Essa constatação é o que leva os indivíduos a aspirarem à vaidade e, consequentemente, à admiração alheia mais do que a melhora de sua condição. Isso fica claro na seguinte passagem da *TSM*:

Da onde, então, surge a emulação que existe em todas as diferentes classes sociais e quais são as vantagens do grande objetivo da vida humana ao qual chamamos melhorar nossas condições? Ser observado, ser atendido, ser notado com simpatia, complacência e aprovação: essas são as vantagens que deriva desse objetivo. É, portanto, a vaidade – e não a facilidade ou o prazer – que nos atrai (SMITH, 1976 [1759], p. 50, tradução nossa)

Sobre isso, diz Smith que enquanto os ricos notam que sua riqueza atrai toda a atenção do mundo, fazendo com que eles a apreciem ainda mais; os pobres, por sua vez, se sentem envergonhados e invisíveis, e mesmo que eles consigam captar qualquer olhar vindo de outros, é muito raro que este venha acompanhado de qualquer simpatia.

O filósofo político se preocupa, contudo, em deixar claro que não obter a aprovação de seus semelhantes é muito diferente de não ser notado. Isso porque enquanto a desaprovação pode impossibilitar qualquer vestígio de honra, o sentimento de invisibilidade “necessariamente sufoca a mais agradável das esperanças e decepciona o mais ardente desejo da natureza humana” (SMITH, 1976 [1759], p. 51, tradução nossa). O que acontece, portanto, é que

O homem pobre sai e entra desacautelado, e quando no meio de uma multidão permanece tão obscuro como se estivesse fechado em sua choupana. [...] Desviam dele os olhos, ou, se sua extrema aflição os força a olhar para ele, é apenas para expulsar de seu meio um objeto tão desagradável. [...] O homem de honra e distinção, ao contrário, é notado por todos. Todos anseiam por contemplá-lo, e conceber, pelo menos por simpatia, a alegria e exultação que suas condições naturalmente inspiram¹³.

Analizada a origem dessa distorção de simpatias, que está intimamente relacionada à existência de desigualdade, é necessário explorar suas consequências. Segundo Smith, o primeiro efeito advindo dessa situação é a busca incansável pela riqueza.

Vimos que o menor dos salários de uma sociedade comercial que não esteja em declínio (ou seja, o salário de subsistência) seria capaz de suprir as necessidades básicas do trabalhador – ou seja, alimentação, teto e vestimenta. Além disso, Smith não acredita que bens materiais tragam qualquer satisfação real para além de um certo nível, de modo que o objetivo final da busca pela riqueza é a atenção e a visibilidade que ela traz consigo (RASMUSSEN, 2016, p. 348).

Nesse cenário, Smith explicita uma cadeia de acontecimentos da vida humana que advém dessa busca pela melhora de suas condições materiais, resultado da constante necessidade de ser notado. O exemplo trata do filho de um homem pobre e sua busca por melhorar as condições em que vive. Apesar de se tratar de um trecho longo, é possível obter um panorama completo do que o autor queria dizer ao tratar de uma perspectiva negativa advinda da busca pela riqueza:

O filho do homem pobre [...] admira a condição dos ricos tão logo começa a olhar a seu redor. Pensa que a choupana do pai é pequena demais para o acomodar e imagina que estaria confortável se estivesse hospedado num palácio. Não gosta de ser obrigado

¹³ Idem, p. 51, tradução por Lya Luft – edição WMF Martins Fontes.

a andar a pé, ou suportar a fadiga de cavalgar no lombo de um cavalo. Vê seus superiores sendo conduzidos por aí em carros, e acredita que num deles viajaria com muito menos incômodo. [...] Pensa que se alcançasse tudo isso ficaria sentado, contente, quieto, divertindo-se com a ideia da felicidade e tranquilidade de sua situação. Está encantado com a remota ideia dessa felicidade. Em sua imaginação, essa parece a vida de algum ser superior, e para ascender a ela consagra-se a perseguir para sempre riqueza e honra. A fim de obter as comodidades que essas coisas proporcionam, submete-se durante o primeiro ano [...] às maiores fadigas corporais e à maior perturbação do espírito do que todas as que poderia sofrer durante sua vida inteira, se não houvesse ambicionado honra e riqueza. Estuda para distinguir-se em alguma árdua profissão. Com a mais incansável dedicação, trabalha dia e noite para adquirir talentos superiores a todos os seus competidores. Em seguida, esforça-se para exibir esses talentos ao público, e com igual cuidado solicita toda oportunidade de os empregar. Para isso, faz a corte a toda a humanidade, serve aos que odeia, é obsequioso com aqueles a quem despreza. Durante toda a sua vida, persegue a ideia de certo repouso artificial e elegante, que talvez jamais alcance, e pelo qual sacrifica uma tranquilidade verdadeira que a todo o tempo está a seu dispor; repouso que, se nos extremos da velhice chega por fim a conquistar, descobrirá que não é, de modo algum, preferível a essa humilde segurança e contentamento que abandonou por ele. E então, nos últimos arrancos de sua vida, o corpo exaurido por fadigas e doenças, o espírito amargurado e assaltado pela lembrança de mil ofensas e desilusões que imagina procederem da injustiça de seus inimigos ou da perfidia e ingratidão dos amigos, quando finalmente começa a se dar conta de que riqueza e honra são meros enfeites frívolos em nada mais capazes de propiciar alívio ao corpo e tranquilidade ao espírito [...] (SMITH, 1976 [1759], p. 181).

Ou seja, não somente o dinheiro não traz felicidade na visão de Smith, como, muitas vezes, a busca por essa riqueza faz com que os homens passem a maior parte da própria vida se submetendo a diversas situações desagradáveis. E é apenas depois de tanto se desgastar que esses indivíduos percebem, enfim, que desperdiçaram sua vida a procura de algo que é irreal.

Outra consequência amplamente discutida por Smith é como essa distorção das simpatias afetava a moralidade dos indivíduos. Smith afirmava que essa disposição a admirar os indivíduos que possuem melhores condições financeiras e negligenciar os demais é “a grande e mais universal causa de corrupção de nossos sentimentos morais” (SMITH, 1976 [1759], p. 61, tradução nossa).

Essa admiração, que deveria ser direcionada mais intensamente aos sábios e virtuosos, é canalizada em sua maioria aos ricos e poderosos. Rasmussen (2016, p. 348) diz que o grande problema de admirar os ricos é que muitas vezes esses indivíduos estão longe de serem admiráveis, já que, segundo o próprio Smith, eles são com frequência acometidos por presunções, vaidades, falsidades, vícios e loucuras.

O motivo pelo qual esses indivíduos são cheios de características negativas está ligado a dois pontos tratados por Smith: primeiro, as normas morais são diferentes de acordo com a classe a que os indivíduos pertencem – ou seja, enquanto classes inferiores se deparam com leis mais austeras e rigorosas, entre os mais afortunados prevalecem normas mais “liverais” de

modo que o mau comportamento destes é, em geral, considerado justificável ou ainda completamente perdoável (SMITH apud RASMUSSEN, 2016, p. 348-349); segundo, por já contarem com a admiração alheia, esses indivíduos pouco se importam com a forma como suas ações serão vistas pelos demais. Smith explica que a disposição a admirar os ricos é tamanha que “mesmo os vícios e loucuras são elegantes; e grande parte dos homens se sentem orgulhosos de imitá-los e até mesmo parecer com eles nessas mesmas características responsáveis por desonrá-los e degradá-los” (SMITH apud RASMUSSEN, 2016, p. 349).

Adicionalmente, Smith argumenta que “frequentemente vemos os vícios e as loucuras dos poderosos bem menos desprezados do que a pobreza e a fraqueza dos inocentes” (SMITH, 1976 [1759], p. 62, tradução por Lya Luft – edição WMF Martins Fontes). A conclusão é que tanto a distorção na aplicação das normas, quanto a admiração irrestrita que recebem por parte de camadas sociais mais baixas fazem com que a moralidade dos indivíduos mais abastados seja afetada de tal modo que acaba por prejudicar a sociedade como um todo, uma vez que estes servem, em última análise, como modelos aos demais cidadãos. Surge, assim, uma noção entre os indivíduos de que é justificável agir de maneira imoral desde que o objetivo final seja atingido: obter riqueza e, por conseguinte, obter a aprovação de seus semelhantes.

Além da busca incessante pela riqueza em todas as classes e da imoralidade presente nas camadas mais afortunadas, existe, para Smith, outra consequência da distorção de simpatias que é extremamente preocupante: a diminuição da felicidade.

Vale lembrar que o conceito de felicidade para Smith pode ser definido como uma combinação de tranquilidade e prazer – e esta última só pode ser vivenciada quando a primeira se faz presente (SMITH apud RASMUSSEN, 2015, p. 349). Além disso, Smith defende que a forma na qual uma sociedade deve ser analisada é de acordo com o nível em que promove a felicidade de seus habitantes e não pelo padrão de vida (RASMUSSEN, 2006, p. 309) uma vez atingido o nível de subsistência de seus cidadãos. A distorção de simpatias, por sua vez, pode interferir nos níveis de felicidade de forma indireta e direta.

Para analisar essa relação indireta, é necessário ressaltar que, para Smith, bens materiais além do nível de subsistência pouco fazem no sentido de elevar o ânimo dos indivíduos uma vez que nesse ponto suas necessidades básicas já foram satisfeitas. Isso porque o autor defende repetidamente ao longo de suas obras que o contentamento possível de advir de bens materiais consiste em itens muito básicos, como alimento, vestimenta e teto. Desse modo, o consumo para além desses itens de subsistência, pouco fazem no sentido de tornar as pessoas mais felizes.

Entretanto, a tal distorção das simpatias torna crível a noção de que bens materiais ou maiores níveis de riqueza é sinônimo de felicidade, já que os indivíduos que possuem esses

dotes são notados e admirados. Mais que isso, Smith diz que “a grande fonte tanto da miséria quanto dos distúrbios da vida humana parece originar na superestimação da diferença entre uma situação permanente e outra” (SMITH, 1976 [1759], p. 149). No que consiste, então, essa chamada situação permanente? Esse termo diz respeito a um estado natural das coisas, no qual não há expectativa de mudança; um estado ao qual o homem sempre retorna, seja depois de certo vislumbre de prosperidade ou depois de alguma adversidade.

Contudo, os homens com frequência superestimam esse estado natural do espírito e assim relata Smith que

A pessoa sob a influência de qualquer uma dessas paixões extravagantes [avareza, ambição e orgulho (“*vain glory*”)] não é apenas miserável em sua situação atual, mas se encontra frequentemente disposto a perturbar a paz da sociedade com o objetivo de chegar ao estado que ele tolamente admira (SMITH, 1976 [1759], p. 149, tradução nossa).

Como resultado disso, muitos terminam por viver uma mentira (em Smith, “*deception*”), já que a tão buscada riqueza raramente chega e os indivíduos sentem-se, muitas vezes, infelizes. A esse respeito, diz Rasmussen (2016):

[...] essa infelicidade advém da ideia de que as pessoas comumente se sujeitam a um trabalho quase infinito e à ansiedade na busca pela riqueza; renunciando, assim, involuntariamente aos prazeres simples e à calma disponíveis a elas a todo o tempo (RASMUSSEN, 2016, p. 350, tradução nossa).

Já a forma direta pela qual a felicidade é afetada pela distorção das simpatias diz respeito ao fato, exposto por Smith, de que a simpatia mútua enquanto parte da natureza humana é não apenas prazerosa, mas essencial ao bem-estar psicológico. Ao contrário, uma ausência de simpatia é capaz de fazer com que o indivíduo se torne incapaz de tirar qualquer satisfação da vida (RASMUSSEN, 2016, p. 350). Consequentemente, uma pessoa que não obtém qualquer simpatia do outro – de acordo com o que foi explicitado até aqui, a chance é de que sejam os mais pobres a serem privados de simpatia – torna-se diretamente mais infeliz.

4.2 Efeitos positivos associados à desigualdade econômica

Ainda que existam efeitos negativos que resultam da busca incessante pela riqueza, ela é responsável, em outra análise, por motivar as ambições humanas. Existem, com isso, benefícios atrelados a existência de certo nível de desigualdade econômica. Ademais, a própria

sociedade comercial, que possibilitava o combate a pobreza absoluta, deveria admitir certo nível de desigualdade já que sem esta, não seria possível lidar com a principal preocupação de Smith. Assim, ainda que a desigualdade tenha sua face negativa, a possibilidade de proporcionar condições de vida decentes à classe trabalhadora já constituía um grande benefício para Smith.

No entanto, esse não é o único benefício apontado pelo autor já que a desigualdade econômica era responsável também por outras vantagens, que serão exploradas ao longo dessa seção. Nesse sentido, aponta Rasmussen (2016, p. 342, tradução nossa) que “Smith [...] considerava uma certa quantia dessa desigualdade positivamente útil uma vez que encoraja a produtividade e ajuda manter a “distinção de classes”, reforçando, assim, a estabilidade política”.

De acordo com Walraevens (2020), a defesa de Smith por certo nível de desigualdade se baseia em três principais argumentos (WALRAEVENS, 2020, p. 211). O primeiro está relacionado com uma ideia de transbordamento que não aconteceria caso não houvessem diferentes estratos de renda na sociedade. Esse ponto já foi discutido no capítulo que trata da pobreza absoluta. Retomando brevemente, temos que o aumento da riqueza na sociedade, ainda que somente entre os ricos em um primeiro momento, eventualmente sofre um transbordamento para camadas inferiores, beneficiando, assim, os pobres. Note, contudo, que esse benefício é mínimo, já que os pobres somente obtêm a subsistência estritamente necessária desse processo. De qualquer forma, a presença dele ainda é melhor que sua ausência (SCHLIESSER apud WALRAEVENS, 2020, p. 211).

Esse efeito, discutido por Smith nos *Early Drafts of the Wealth of Nations*, antecipa o que viria a ser a ideia central do autor em relação a forma como a riqueza das classes mais altas é benéfica para as demais – ou seja, do mecanismo de acumulação do capital como indutor do crescimento econômico, promovendo, assim, alterações benéficas no mercado de trabalho, como já vimos no primeiro capítulo.

O segundo argumento é de que desigualdades de renda e riqueza fomentam a competição entre os indivíduos de uma sociedade, além de estimular a indústria, a inovação e o empreendedorismo, funcionando como pilares do crescimento econômico (WALRAEVENS, 2020, p. 212). Esse ponto está intrinsecamente ligado ao desejo se ser notado, já que é ele o responsável por fazer com que os indivíduos queiram tanto melhorar suas condições quanto ser melhores que os demais, o que levam os homens a competirem entre si.

Como já dito em outro momento, visando atingir esse objetivo, a maioria dos indivíduos opta pelo caminho da riqueza, já que é muito mais fácil reconhecer a riqueza do que a virtude.

Logo, os ricos e poderosos são vistos como modelos a serem seguidos e, sendo estes indivíduos possuidores tanto de poupança como de capital acumulado, há um incentivo para que as demais pessoas dessa sociedade façam o mesmo. Segundo Walraevens (2020, p. 213, tradução nossa):

As pessoas não acham que os ricos são mais felizes; acreditam, contudo, que eles possuem mais meios para atingir a felicidade. E é isso que faz com que os pobres queiram emular os ricos. Nós vivemos sob a ilusão de que a riqueza nos fará mais felizes e confrontamos as causas e os fins; os meios com o fim (da vida). Essa ilusão [...] é econômica e socialmente útil já que induz os homens a trabalharem, investirem, tomarem riscos e inovar e a partir disso, ainda que sem saberem ou intencionarem, servem aos interesses da sociedade.

No trecho acima, aparece o conceito de uma ilusão econômica e socialmente útil (“*deception of nature*” nas palavras de Smith). Isso porque essa ideia de que a riqueza possibilita mais meios de atingir a felicidade faz com que os homens se esforcem continuamente para alcançá-la. É nesse contexto que Smith expõe a visão que os indivíduos das classes menos afortunadas possuem dos ricos:

Quando consideramos a condição dos grandes indivíduos nas cores ilusórias – as quais a imaginação é capaz de pintar –, ela parece muito próxima do que é a ideia abstrata que se tem de um estado feliz e perfeito. É precisamente esse quadro que esboçamos para nós mesmos nos nossos devaneios ociosos e que figura o objetivo final dos nossos desejos (SMITH, 1976 [1759], p. 51-52, tradução nossa).

Essa percepção enganosa que o homem possui acerca do que a riqueza representa é responsável por manter em constante movimento o esforço (“*industry*”) da humanidade. É ela que desde o começo dos tempos levou os homens a “fundar cidades e comunidades”, a “inventar e melhorar todas as ciências e artes” e “transformar florestas em terrenos férteis¹⁴” (SMITH, 1976 [1759], p. 183-184, tradução nossa), ações estas que fizeram com que as sociedades em toda parte eventualmente prosperassem.

Além disso, ainda que, por vezes, a sociedade se depare com ações artificiais e contrárias a regulação natural da economia, o esforço realizado pelo conjunto dos trabalhadores seria suficiente para permitir melhorias. Herzog (2016, p. 52, tradução nossa) cita Smith dizendo que

O esforço uniforme, constante e ininterrupto de cada homem ao tentar melhorar suas condições, o princípio do qual se origina a opulência nos âmbitos público, nacional e privado, é frequentemente forte o suficiente para manter o progresso natural das coisas

¹⁴ Ironicamente, nos dias atuais, ao contrário do proposto por Smith como algo positivo no século XVIII, o ideal seria um movimento oposto – ou seja, de preservar essas florestas o máximo possível no lugar de transformá-las para o uso humano.

rumo ao aperfeiçoamento, apesar da extravagância do governo e dos maiores erros de administração.

O terceiro argumento diz respeito a manutenção da estabilidade social. Sobre isso, Walraevens (2020) e Rasmussen (2016) pontuam que a distinção de classes ou, ao menos, a distinção de níveis de renda é essencial, sob a ótica de Smith, enquanto base para a estabilidade social. O autor defende que governos civis pressupõem certo nível de subordinação e isso só é possível em uma sociedade aonde existam classes distintas que sejam bem delineadas; do contrário, a sociedade padeceria em confusão e desgoverno (SMITH apud RASMUSSEN, 2016, p. 344).

Além disso, Smith sugere que a principal fonte de distinção de renda e, consequentemente, de subordinação é o nascimento e, claro, a riqueza. Segundo Rasmussen (2016, p. 344), é nesse ponto que aparece um dos lados mais desiguais de Smith, onde o filósofo defende que o respeito e submissão dos pobres aos ricos é algo necessário para a manutenção da paz e da ordem da sociedade.

5. CONCLUSÃO

Smith procurava, dentre seus objetivos, uma sociedade mais igualitária no sentido de garantir que os indivíduos pudessem satisfazer suas necessidades básicas de subsistência e, mais que isso, uma sociedade com maior capacidade de simpatizar moralmente com a população que vivia a margem. Nesse âmbito, o autor é coerente com a ideia de “crescer o bolo para depois dividi-lo”. Assim, ao lidar com o problema da pobreza absoluta, caracterizada como a privação de bens que levava a sofrimentos tanto diretos quanto indiretos, observamos que Smith acreditava que a opulência era necessária enquanto condição para lidar com essa questão.

Essa opulência advinha da maior produtividade resultante da introdução da divisão do trabalho e da especialização que esta possibilitava. A partir dessa ideia, a “divisão do bolo” seria resolvida a partir de dois princípios: o primeiro diz respeito a ideia de transbordamento defendida pelo autor – ou seja, que os ricos adquiriam, na maioria das vezes, mais do que eram capazes de realmente consumirem (como no caso, por exemplo, de alimentos) de forma que os restos eram divididos com os servos; ou ainda como ocorria com palácios e estátuas que serviam como ornamentos à toda a nação. Esse primeiro princípio é inclusive uma das interpretações da forma como atuava a “mão invisível” na sociedade de Smith.

O segundo princípio é o mais importante, neste a divisão da riqueza se daria através da interação entre a acumulação de capital, o aumento da produtividade e a criação de empregos. Nesse ponto, Smith defendia o crescimento da economia – e tanto melhor se esse crescimento se desse de forma rápida uma vez que essa seria a situação na qual os trabalhadores possuiriam as melhores condições de vida. Nessa sociedade, a demanda por mão de obra seria crescente e, consequentemente, os salários seriam maiores que os salários de subsistência.

Resolvido o problema mais preocupante para Smith, adentramos na questão da desigualdade econômica. Este problema não era resultado apenas da sociedade comercial como se supõe muito frequentemente; no entanto, não se pode dizer que há melhorias dessa situação com o advento do comércio – muito pelo contrário, o que se observa na maioria das nações é um aprofundamento das desigualdades a partir de causas naturais e artificiais. As causas naturais pouco preocupavam Smith já que se tratava de causas advindas da própria natureza humana e da natureza dos trabalhos. A preocupação de Smith recaia nas causas artificiais já que estas eram causadas por intervenções, por vezes, desnecessárias do homem e do Estado, que geravam restrição ou aumento da competição de forma desmedida de forma que os mercados não tinham como suprir a mão de obra necessária no primeiro caso ou não tinham como absorver toda a mão de obra existente no segundo. Ademais, essas intervenções também

eram com frequência responsáveis por restringir a livre circulação de trabalho e capital – como acontecia no caso das corporações de ofício ou dos “*Settlement Laws*”.

No entanto, ainda que Smith fosse contra certas intervenções, o autor não se opunha a todas as políticas propostas pelo Estado. Era, inclusive, favorável a algumas políticas que fossem capazes de redistribuir a riqueza dos mais ricos aos mais pobres ou que contrabalanceassem as assimetrias existentes. Nesse cenário, Smith defendia, por exemplo, a taxação sobre artigos de luxo no sentido de reduzir injustiças colocando o fardo maior sobre os ricos; ou, ainda, a taxação sobre a renovação de contratos de propriedade, já que muitas vezes o valor era tão alto que servia como um desincentivo aos arrendatários para investirem em seus negócios.

Outra defesa muito importante de Smith dizia respeito a educação, já que a mesma divisão do trabalho que possibilitava o aumento da opulência era responsável por enfraquecer as capacidades mentais dos indivíduos. Assim, Smith era a favor do oferecimento, por parte do Estado, de educação pública com o objetivo de reduzir os impactos da divisão do trabalho e, ainda, manter a distinção de classes, considerada importante para a manutenção da estabilidade social.

O capítulo seguinte tratou da chamada pobreza relativa, que, ao contrário da noção de pobreza absoluta, tem a ver com a sociedade em que o indivíduo está inserido. Ou seja, como o padrão de vida comumente observado em uma nação afeta sua população. Nesse sentido, a preocupação central de Smith era em relação a chamada distorção de simpatias; mais especificamente, a maior facilidade que os homens possuem de simpatizar com a felicidade do que com a tristeza. Vale relembrar que a felicidade é atrelada a riqueza enquanto a tristeza é atrelada a pobreza. Consequentemente, os pobres frequentemente passam despercebidos ou são notados com ar de desprezo, o que prejudica um dos maiores objetivos do homem: o de ser observado e admirado.

Assim, obter a admiração de seus iguais constitui um grande objetivo da existência humana. É essa característica que faz com que os homens busquem constantemente melhorar suas condições de vida. Essa busca possui tanto aspectos negativos quanto positivos em Smith. Por um lado, o indivíduo passa a vida a procura de algo que é uma ilusão – ou seja, a riqueza e a posse de bens materiais não são efetivas no sentido de trazer níveis mais altos de felicidade uma vez que este indivíduo possua condições suficientes para sua subsistência.

Apesar de Smith acreditar que a opulência seja uma condição benéfica da sociedade comercial no sentido de conter a pobreza absoluta, o autor acredita também que aumentos da riqueza pouco fazem para aumentar a felicidade a partir de um certo nível (nível no qual o

indivíduo possui acesso a todas suas necessidades e certos confortos necessários do ponto de vista social). É um efeito negativo, portanto, ao passo que muitos homens passam a vida a procura de algo que raramente conseguem alcançar e quando as alcançam, percebem que tiram pouco ou nenhum contentamento dessa situação.

Por outro lado, essa mesma percepção errônea de que a riqueza é sinônimo de felicidade constitui o que Smith chama de ilusão útil. É ela a responsável por incentivar a competição entre os homens, o que leva, em última instância, a progressos – ou seja, as cidades, as artes e as tecnologias. Segundo Smith, essa ilusão é o que mantém o esforço dos indivíduos em constante movimento.

Além disso, a existência de diferentes níveis de renda entre os indivíduos é o que garante, como citado anteriormente, a manutenção da estabilidade social. Segundo Smith, é necessário que haja certa subordinação dos indivíduos para que se possa evitar o que autor descreve como confusão e desgoverno.

Nota-se, portanto, que apesar de Smith muito se preocupar com a riqueza das nações, sua preocupação central era a condição dos pobres; mais do que isso, era evitar que predominasse a pobreza absoluta nas nações. Sendo assim, uma grande parte de seus estudos e investigações foram conduzidos visando compreender o funcionamento das sociedades e economias para chegar a conclusões que são importantes até hoje: alta produtividade e crescimento econômico estão na base da manutenção de uma sociedade saudável.

Ainda que muito tenha sido feito no sentido do progresso da humanidade no longo período entre o momento que Smith concluiu sua investigação e o momento em que essa pesquisa é conduzida, a pobreza continua sendo um problema. Mais do que isso, no período recente, observou-se um aprofundamento dos níveis de pobreza com a fome voltando a ser realidade em muitos lugares, inclusive no Brasil, aonde 55% da população se encontra em situação de insegurança alimentar¹⁵. Infelizmente, nesse sentido, a pobreza e a desigualdade continuam sendo problemas atuais e que devem ser continuamente pensados pois, retomando uma citação de Smith, “nenhuma sociedade pode ser florescente e feliz se a grande maioria de seus membros for pobre e miserável”¹⁶.

¹⁵ Informação retirada do *Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil*, desenvolvido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional da Pessan, 2020.

¹⁶ Ver p. 8 desse mesmo trabalho.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRY, Christopher J. 2013 [1988]. **The Idea of Commercial Society in the Scottish Enlightenment**

BAUM, Sandy. 1992. “Poverty, Inequality, and the Role of Government: What Would Adam Smith Say?” In **Eastern Economic Journal**.

BOUCOYANNIS, Deborah. 2013. “The Equalizing Hand: Why Adam Smith Thought the Market Should Produce Wealth Without Steep Inequality” In **American Political Science Association**, vol. 11, no. 4, 1051-1070.

FLEISCHACKER, Samuel. 2006. “Adam Smith and Equality” In **Estudios públicos** 104.

GIRLBERT, Geoffrey. 1997. “Adam Smith on the Nature and Causes of Poverty” In **Review of Social Economy**, vol. 55, no. 3.

HERZOG, Lisa. 2015. “The normative stakes of economic growth; or why Adam Smith does not rely on “trickle down” In **The Journal of Politics**, vol. 78, no. 1, 50-62.

HONT, Istvan; IGNATIEFF, Michael. 1983. “Needs and justice in the *Wealth of Nations*: an introductory essay” In **Wealth and Virtue: The Shaping of Political Economy in the Scottish Enlightenment**, pp. 1-44.

RASMUSSEN, Denis C. 2006. “Does “Bettering Our Condition” Really Makes Us Better Off? Adam Smith on Progress and Happiness” In **American Political Science Review**, vol. 100, no.3.

RASMUSSEN, Dennis C. 2016. “Adam Smith on What is Wrong with Economic Inequality” In **American Political Science Review**, vol. 110, no. 2.

ROTSCHILD, Emma; SEN, Amartya. 2006. “Adam Smith’s Economics” In **The Cambridge Companion to Adam Smith**, ed. Knud Haakonssen. Cambridge, England: Cambridge University Press.

SEN, Amartya. 1999 [1987]. **Sobre Ética e Economia**. Companhia das Letras, São Paulo.

SMITH, Adam. 1976 [1776]. **An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations**. Vol. I-IV. LibertyClassics, Liberty Fund, Inc., Indianapolis.

SMITH, Adam. 1977 [1776]. **An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations**. Vol. V. University of Chicago Press.

SMITH, Adam. 1976 [1759]. **The Theory of Moral Sentiments**. Liberty Fund, Inc., Indianapolis.

SMITH, Adam. 1982 [1763]. **Lectures on Jurisprudence**. Liberty Fund, Inc.

WALRAEVENS, Benoît. 2020. “Adam Smith’s view of economic inequality” In **Cambridge Journal of Economics**. Published by *Oxford University Press*.